

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 089/2025
Data: 03/07/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO DE SANTOS INICIA NOVA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO PARA GARANTIR PROFUNDIDADE NO CANAL	4
JUSTIÇA SUSPENDE COBRANÇA DE GUARDA PROVISÓRIA DE CONTÊINERES NO PORTO DE SANTOS	5
PORTO DE PARANAGUÁ REFORÇA LIDERANÇA NAS EXPORTAÇÕES DE CARNES DO BRASIL	6
NOVO CONTORNO SUL TRANSFORMA ACESSO AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO E AGILIZA TRANSPORTE DE CARGAS.....	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
DÉFICIT DE POTÊNCIA LEVA ONS A ACIONAR TÉRMICAS, COM IMPACTO NA CONTA DE LUZ	7
QUALIDADE DE DIAMANTES FAZ ISRAELENSE AMPLIAR PRODUÇÃO EM DEZ VEZES NO PIAUÍ.....	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	11
COMUNICADO OFICIAL: DESBLOQUEIO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	11
BRASIL EXPLORA METADE DAS VIAS NAVEGÁVEIS COM POTENCIAIS DE TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
REGIÃO SUL VÊ RETOMADA DO CRESCIMENTO NA AVIAÇÃO CIVIL COM AUMENTO DE 10,8% NOS PRIMEIROS MESES DO ANO	12
PRESIDENTE LULA E MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIAM INVESTIMENTOS DA PETROBRAS NO RIO DE JANEIRO	14
EM BRASÍLIA, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA CELEBRAÇÃO DOS 50 ANOS DA ABEPRA.....	14
PORTO DO ITAQUI SE DESTACA COMO UM DOS MAIORES CENTROS DE MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DO PAÍS	15
PAÍSES DO BRICS MOVIMENTARAM 503 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS NOS PORTOS BRASILEIROS EM 2024.....	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	18
ANTT MANTÉM AGENDA DE CONCESSÕES E REFORÇA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA, APESAR DO CENÁRIO FISCAL	18
NO TCU, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE OTIMIZAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-163	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	20
EDITORIAL – NOVOS SERVIÇOS, MAIORES OPORTUNIDADES	20
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	21
<i>Sabanas adiadas</i>	21
<i>Davi x Alexandre</i>	21
<i>Banco do Brasil</i>	21
<i>Grãos</i>	21
<i>Instalações</i>	21
NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE OTIMIZAÇÃO DA BR-163/230 PARA AMPLIAR INVESTIMENTOS	22
NACIONAL - BRASIL BATE RECORDE DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL.....	23
NACIONAL - PORTOS BRASILEIROS REGISTRAM 503 MILHÕES DE TONELADAS EM COMÉRCIO COM O BRICS	23
NACIONAL - ABEPRA CELEBRA 50 ANOS REFORÇANDO DIÁLOGO ENTRE SETORES PÚBLICO E PRIVADO	24
BRASIL EXPORT - ALADI PARTICIPA DO MERCOSUL EXPORT COM FOCO NA INTEGRAÇÃO REGIONAL	26
BRASIL EXPORT - DIRETOR DA ANP CONFIRMA PRESENÇA NO NORDESTE EXPORT.....	26
BRASIL EXPORT – EAS RECEBE REUNIÃO PARA DISCUTIR RUMOS DA INDÚSTRIA NAVAL	27
REGIÃO SUDESTE - TRABALHADOR MORRE APÓS SER ATROPELADO NO AEROPORTO DE VIRACOPOS	28
REGIÃO SUDESTE - PROGRAMA DO GOVERNO DE SP APOIA EMPRESAS QUE QUEIRAM EXPORTAR.....	29
REGIÃO SUDESTE - VLI INAUGURA SOLUÇÃO PARA DESCARGA DE VAGÕES COM FERTILIZANTES EM MG	29
JORNAL O GLOBO – RJ	30
TOFFOLI HOMOLOGA ACORDO PARA RESSARCIR VÍTIMAS DE FRAUDES DO INSS E AUTORIZA PAGAMENTOS FORA DE LIMITE	
DO ARCABOUÇO	30
PETROBRAS VAI INVESTIR R\$ 23 BI ATÉ 2029 NA AMPLIAÇÃO DO ANTIGO COMPERJ.....	31
COM CINCO MINISTÉRIOS, UNIÃO BRASIL, PP E REPUBLICANOS VÃO AO STF CONTRA GOVERNO PARA MANTER DECISÃO DO	
CONGRESSO SOBRE IOF	34
EM TELEGRAMA, EMBAIXADOR DO BRASIL NA ARGENTINA DIZ QUE MILEI FEZ 'GINÁSTICA INTELECTUAL' PARA JUSTIFICAR	
TAXAÇÃO DE TRUMP	34
AGU PEDE PARA INVESTIGAR DISTRIBUIDORAS POR PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS	35
MERCOSUL: LULA FALA EM POLÍTICA COORDENADA PARA TERRAS RARAS E MINERAIS CRÍTICOS COMO ESTRATÉGIA DE	
DESENVOLVIMENTO 'VERDE'. ENTENDA	36
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TEM MAPA TRILIONÁRIO DE INVESTIMENTOS.....	37



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 089/2025
Página 3 de 49
Data: 03/07/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	41
ALCOLUMBRE IRÁ APRESENTAR PROPOSTA PARA RESTRINGIR QUEM PODE CONTESTAR DECISÃO DO LEGISLATIVO NO STF ..	41
OPINIÃO - O IOF E A 'NARRATIVA': DIZER QUE IMPOSTO AFETA SÓ MORADOR DA COBERTURA NÃO TEM RESPALDO NA REALIDADE.....	42
HADDAD DIZ QUE VÊ 'BUSCA DE DIÁLOGO' SOBRE IOF NO CONGRESSO, MAS AINDA NÃO HOUE AVANÇO	43
OPINIÃO - 'O CNJ PARECE TER VIRADO UMA INCUBADORA DE PRIVILÉGIOS', DIZ PEDRO FERNANDO NERY	44
PETROBRAS VAI INVESTIR R\$ 33 BI PARA AMPLIAR PRODUÇÃO; MEGAPROJETO PREVÊ MAIS 38 MIL VAGAS	44
ESTAMOS PRONTOS PARA ACORDO SOBRE TARIFAS COM OS EUA, DIZ PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA	45
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	46
GRUPO VÊ EVOLUÇÃO E POTENCIAL PARA ARBITRAGEM MARÍTIMA NO BRASIL	46
MAC LAREN PREVÊ INÍCIO DA OPERAÇÃO DO DIQUE EM 2026.....	48
DEMANDA POR REPARO E DOCAGEM SERÁ DE R\$ 7,6 BILHÕES NOS PRÓXIMOS 5 ANOS	48
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	49
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	49



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS INICIA NOVA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO PARA GARANTIR PROFUNDIDADE NO CANAL

Serviço removerá até 500 mil m³ de sedimentos entre a Barra e a Alemoa até agosto, assegurando calado operacional e eficiência logística

Por Bárbara Farias 3 de julho de 2025



Dragagem retira sedimentos da Barra até a Alemoa para manter as profundidades adequadas, diz APS (Alexsander Ferraz/AT)

A dragagem de manutenção no canal aquaviário e nos berços de atracação do Porto de Santos começará nos próximos dias e deverá se estender até o final de agosto. A Autoridade Portuária de Santos (APS) estima a retirada de 300 mil a 500 mil metros cúbicos (m³) de sedimentos da Barra até a Alemoa para manter as profundidades adequadas, sendo aproximadamente 15 metros no canal de navegação, informou a APS.

O desassoreamento será realizado nos trechos 1, 2, 3 e 4 do estuário, desde a Barra até a Alemoa, e nos berços de atracação dos grupos 1, 2, 4, 5, 6 e 7, em conformidade com a Licença de Operação 1.382/2017. “É um trabalho preventivo para manter o calado do canal em 15 metros e o calado operacional previsto para cada berço”, justifica a APS. As profundidades dos berços variam entre 10 metros e 14,5 metros.

Períodos

A APS explicou que a dragagem de manutenção é realizada nos períodos de maior acúmulo de sedimentos, que são o verão, devido às chuvas, e o inverno, por causa das ressacas. O material recolhido será descartado no Polígono de Disposição Oceânica (PDO) Q7/Q4, localizado a aproximadamente 12 quilômetros da entrada do Porto de Santos. A área é licenciada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para receber esses sedimentos, de acordo com a gestora do cais santista.

A Van Oord, empresa contratada para a dragagem, fará o desassoreamento de toda a área navegável do Porto utilizando a draga TSHD Utrecht, com capacidade para 18,3 mil m³. A mesma embarcação, de 159,6 metros de comprimento por 28 metros de largura, foi utilizada na campanha passada, realizada de novembro de 2024 a janeiro deste ano.

Renovação antecipada

O contrato com a Van Oord venceria em março deste ano, mas a APS optou por renovar o acordo antecipadamente em dezembro de 2023 por mais dois anos. O contrato é válido até dezembro de 2025 e o valor foi reajustado de R\$ 277,2 milhões para R\$ 290,6 milhões pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período.

O acordo com a empresa inclui uma cláusula de rescisão antecipada, permitindo o distrato em caso de concessão do serviço à iniciativa privada por parceria público-privada (PPP) ou outra modalidade, o que é de interesse da APS.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/07/2025

JUSTIÇA SUSPENDE COBRANÇA DE GUARDA PROVISÓRIA DE CONTÊINERES NO PORTO DE SANTOS

Decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) apontam que taxa cobrada já estaria incluída no chamado Terminal Handling Charge (THC)

Por Bárbara Farias 3 de julho de 2025



Primeira e segunda instâncias da Justiça têm posições diferentes sobre a guarda provisória de contêineres (Vanessa Rodrigues/AT)

Duas decisões judiciais em segunda instância, no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), foram contra a cobrança da guarda provisória de contêineres no Porto de Santos. A taxa é cobrada pelos terminais portuários que recebem os contêineres dos navios dos terminais secos alfandegados, para onde a carga vai posteriormente.

As ações contra a cobrança foram do Ecoporto e da Marimex, que acionaram judicialmente a BTP. A 38ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP deu razão ao Ecoporto no último dia 17 e a 23ª Câmara à Marimex, na última quarta-feira. A BTP ainda pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

As duas companhias vencedoras, que exercem atividade de armazenagem de contêineres em operações de importação, alegam que a cobrança é indevida, pois o valor já estaria incluído na taxa de Terminal Handling Charge (THC).

Segundo o advogado Bruno Burini, sócio da BRZ Advogados e representante da Marimex na ação, “desde 2023, a BTP passou a condicionar a liberação de contêineres ao pagamento adicional por parte dos recintos alfandegados”.

Burini disse ainda que a THC2 foi declarada ilegal pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2022 e 2024, e considerada abusiva pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme matéria publicada em A Tribuna no último dia 20. Além disso, segundo ele, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) proibiu a cobrança.

Procurado, o Ecoporto informou, em nota, que “aguarda a decisão judicial final”.

BTP

Em nota, a BTP informou que “o serviço de guarda provisória é válido, e sua remuneração se dá pelos custos e responsabilidade do terminal, como custodiante durante o período de estadia da carga, serviços estes inerentes à atuação de um operador portuário e regulamentados pelo código civil e pela norma da Receita Federal”.

A empresa ressaltou ainda que “o plenário do TCU, no julgamento de auditoria operacional realizado em junho, definiu como legítima a cobrança do serviço de guarda provisória, e que, agora, cabe à Antaq seguir com a normatização do serviço”.

Já em relação às ações da Ecoporto e da Marimex, a BTP informou que “não comenta decisões de processos judiciais em andamento”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/07/2025

PORTO DE PARANAGUÁ REFORÇA LIDERANÇA NAS EXPORTAÇÕES DE CARNES DO BRASIL

Terminal paranaense respondeu por 35,1% das vendas externas de proteína animal congelada nos primeiros meses de 2025 e ampliou embarques de frango e bovinos

Por *ATribuna.com.br* 3 de julho de 2025



Paraná ampliou as exportações brasileiras de proteína animal congelada, com 35,1% do total nacional (CLAUDIO NEVES/GCOM PORTOS DO PARANÁ/ DIVULGAÇÃO)

A Portos do Paraná ampliou a participação nas exportações brasileiras de proteína animal congelada, atingindo 35,1% do total nacional nos cinco primeiros meses de 2025. Com esse desempenho, o porto mantém o título de maior corredor exportador de carnes do Brasil. Entre janeiro e maio, foram embarcadas 1.280.167

toneladas com destino a países como China, Japão, Emirados Árabes e Arábia Saudita.

O volume representa um crescimento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano passado, considerando as remessas de carnes de frango, bovina e suína.

O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango, com destaque para o Paraná, estado líder em produção. O Porto de Paranaguá concentra o maior terminal exportador de aves congeladas do planeta, responsável por 44,1% de toda a produção nacional enviada ao exterior — mais que o dobro da participação do Porto de Santos, que registrou 20,9%. Em 2024, Paranaguá respondeu por 48% das exportações brasileiras de aves de corte.

De janeiro a maio deste ano, os embarques de aves congeladas aumentaram 2,5%, mesmo diante das restrições impostas por alguns países em razão de um caso isolado de gripe aviária no Rio Grande do Sul. Foram movimentadas 923.477 toneladas, ante 900.909 toneladas registradas no mesmo período de 2024.

Paranaguá também se destaca nas exportações de carne bovina, com a segunda maior movimentação entre os terminais brasileiros. Até maio, houve um crescimento expressivo de 50,9% em relação ao ano anterior, passando de 183.570 toneladas para 276.969 toneladas.

O Paraná lidera a produção nacional de proteína animal, com destaque para a carne de frango, responsável por 34,6% da produção brasileira no acumulado de janeiro a março de 2025, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: *A Tribuna Digital* - SP

Data: 03/07/2025

NOVO CONTORNO SUL TRANSFORMA ACESSO AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO E AGILIZA TRANSPORTE DE CARGAS

Via reduz tempo de viagem de 45 para 16 minutos, retira fluxo pesado do centro urbano e fortalece a logística no Litoral Norte paulista

Por *ATribuna.com.br* 3 de julho de 2025

Com o Contorno Sul da Rodovia dos Tamoios em plena operação, o tempo médio de deslocamento entre Caraguatatuba e o Porto de São Sebastião caiu de 45 para cerca de 16 minutos, eliminando gargalos e elevando a qualidade logística regional.



Porto de São Sebastião é uma delegação federal ao Governo do Estado, configurando-se como porto público (Porto de São Sebastião/Divulgação)

O trecho, com 22,7 quilômetros de extensão, conecta diretamente o sistema rodoviário ao porto por meio de seis túneis e 24 obras de arte — incluindo pontes, viadutos e passarelas.

A melhoria é estratégica para o funcionamento do Porto, que se consolida como alternativa logística importante para o Estado. A facilidade no escoamento de cargas, o acesso mais previsível para veículos pesados e a redução de congestionamentos em áreas urbanas trazem ganhos operacionais concretos para toda a cadeia logística.

Para Ernesto Sampaio, presidente da Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), o novo acesso representa uma transformação à atividade portuária.

“O Contorno Sul resolve um dos principais desafios do Porto de São Sebastião: o acesso eficiente. A nova via tira o fluxo pesado do centro urbano e garante que caminhões e cargas cheguem ao terminal com mais agilidade e previsibilidade. Isso tem impacto direto na produtividade das operações, na redução de custos logísticos e na confiança de quem movimenta cargas por aqui”, afirma.

A obra do Contorno Sul também fortalece a integração entre os modais rodoviário e portuário, criando condições mais adequadas para a movimentação intermodal de cargas. Essa conexão é considerada essencial para garantir eficiência e competitividade nos processos logísticos do Estado.

As obras do Contorno Sul foram retomadas em 2023 e receberam investimento de R\$ 3 bilhões desde 2021, informou o Governo do Estado.

Do Estado

Administrado pela Companhia Docas de São Sebastião, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, o Porto de São Sebastião é uma delegação federal ao Governo do Estado, configurando-se como porto público. Os principais produtos importados são barrilha, sulfato de sódio, malte, cevada, trigo, produtos siderúrgicos, máquinas e equipamentos, bobinas de fio de aço e cargas gerais.

Para exportação, destacam-se açúcar, peças, máquinas e equipamentos, coque de petróleo, produtos siderúrgicos e cargas gerais.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/07/2025

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determinou a maximização da geração termelétrica e a prontidão das usinas brasileiras para o segundo semestre de 2025. A medida, em alinhamento com o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), tem como objetivo assegurar o fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN) durante o período seco e na transição para o período úmido de 2025/2026.



Usinas termelétricas no Brasil terão geração maximizada neste segundo semestre por determinação da ONS. Foto: Eneva/Divulgação

A decisão integra as ações operativas do ONS para manter o atendimento pleno da carga e da potência demandadas pela sociedade, diante da previsão de déficit de aproximadamente 4 gigawatts (GW), especialmente nos horários de ponta – entre o final da tarde e o início da noite.

“Há uma perspectiva de elevação dos níveis dos reservatórios do Sul a partir de agosto, mas seguimos atentos à região. A questão do atendimento de potência no segundo semestre também se mantém como prioridade e propusemos diferentes ações que vão garantir o atendimento da demanda”, afirmou o diretor-geral do ONS, Marcio Rea.

Segundo estimativas do setor, o acionamento das térmicas deverá gerar um custo adicional de R\$ 13,1 bilhões até novembro de 2025, valor que será integralmente repassado às tarifas de energia elétrica.

A geração térmica despachada pelo ONS está em torno de 10.350,6 megawatts (MW), refletindo o esforço coordenado para manter a segurança energética nacional diante de um cenário climático desfavorável e de crescimento da carga.

Cenário hidrológico exige medidas preventivas

Durante reunião ordinária realizada em junho, o ONS apresentou ao CMSE uma série de recomendações para garantir a confiabilidade do sistema no segundo semestre, com foco na recuperação dos níveis dos reservatórios da região Sul e no reforço da potência disponível no SIN.

Entre as medidas propostas estão a intensificação da capacidade de modulação das usinas hidrelétricas localizadas no rio São Francisco e na Usina Hidrelétrica de Itaipu, além da plena utilização das térmicas a gás, óleo, carvão, biomassa e nuclear.

A decisão ocorre em um contexto de chuvas abaixo da média em regiões como o Norte e de baixos níveis de armazenamento no Sul, afetados por condições meteorológicas adversas nos últimos meses. A expectativa é de recuperação gradual dos reservatórios sulistas a partir de agosto.

ONS: flexibilização e monitoramento reforçado

Segundo o diretor-geral do ONS, Marcio Rea, os agentes do setor foram orientados a manter as térmicas em total prontidão e a reportar qualquer restrição operacional com antecedência. Também foi recomendada a postergação de manutenções programadas, de forma a preservar a flexibilidade operacional do sistema.

O subsistema Sul permanece sob monitoramento intensivo, com atenção redobrada à gestão dos reservatórios e à estabilidade do suprimento de energia no horário de maior demanda.

Apesar do crescimento da geração solar e eólica no país, o ONS destaca a necessidade de fontes despacháveis e controláveis, como as térmicas, para compensar a intermitência das renováveis e garantir a potência nos momentos críticos do sistema.

Impacto na conta de energia

A ampliação do uso de usinas térmicas afeta diretamente os consumidores por meio das bandeiras tarifárias e do repasse de custos operacionais. Com a bandeira vermelha 1 vigente, há um acréscimo de R\$ 4,16 a cada 100 kWh consumidos. No caso de uma residência com consumo mensal médio de 200 kWh, o impacto estimado é de R\$ 8,32 na fatura, podendo chegar a R\$ 15,76 em caso de bandeira vermelha 2.

Considerando os encargos e tributos aplicados pelas distribuidoras, o valor total da conta de energia pode variar de R\$ 200,00 a R\$ 216,00 por mês, dependendo do estado.

No Nordeste, mesmo com a elevada participação de fontes renováveis, o acionamento de térmicas é necessário em momentos críticos, o que pode pressionar os custos das distribuidoras como Neoenergia Coelba (BA), Equatorial (AL, MA, PI) e Enel (CE). Esses custos são considerados nas revisões tarifárias anuais, com impacto direto no consumidor final.

Produção no Nordeste e no Brasil

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Nordeste concentra cerca de 35% da capacidade instalada de usinas térmicas do país, com destaque para os estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão. A nível nacional, o parque termelétrico brasileiro ultrapassa os 51 GW de potência instalada, desempenhando papel estratégico na matriz elétrica, especialmente em períodos de restrição hídrica.

*Com informações da Agência Brasil

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 03/07/2025

QUALIDADE DE DIAMANTES FAZ ISRAELENSE AMPLIAR PRODUÇÃO EM DEZ VEZES NO PIAUÍ

A meta é da DM Mineração, que atua com lavra legalizada no município de Gilbués e planeja elevar a extração mensal de diamantes de mil para 10 mil quilates

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



A produção mensal de diamantes na DM Mineração gira em torno de mil quilates, com cerca de 20 trabalhadores diretos e indiretos, incluindo operadores vindos de outros estados. Foto: DM Mineração/Piauí Negócios

Com informações do site Piauí Negócios

A produção de diamantes em Gilbués, no sul do Piauí, será ampliada em dez vezes até 2026. A meta é da DM Mineração, que atua com lavra legalizada e planeja elevar a extração mensal de mil para 10 mil quilates. O projeto é liderado pelo empresário israelense Shukry Layousse, responsável pela legalização da atividade na região, que investiu cerca de U\$ 25 milhões em equipamentos no empreendimento, que teve início em 2018.

A região de Gilbués é conhecida pela extração de diamantes desde a década de 1960, quando garimpeiros de várias partes do Brasil exploravam o mineral de forma rudimentar e sem regulação. Em 2006, Shukry Layousse chegou ao município e iniciou estudos geológicos em áreas ainda não

garimpadas. O relatório final foi aprovado em 2012, com publicação da portaria de lavra no Diário Oficial da União, formalizando a mineração na região.

Desde então, a DM Mineração opera com licenças ambientais, estrutura para lavra sustentável e mão de obra especializada. Atualmente, a produção mensal gira em torno de mil quilates, com cerca de 20 trabalhadores diretos e indiretos, incluindo operadores vindos de outros estados. Segundo Layousse, o aumento da capacidade de produção dependerá da instalação de nova planta de beneficiamento e maior volume de maquinário.

Atualmente, a operação de extração envolve cerca de 20 trabalhadores, entre empregos diretos e indiretos, incluindo operadores de maquinário pesado que vêm de outras regiões. Segundo Shukry Layousse, esse número pode aumentar com a expansão da extração, já que a mineradora possui uma reserva de 9 milhões de quilates, com potencial para chegar até 50 mil quilates extraídos por mês, a depender do maquinário.

“Hoje, estamos produzindo mil quilates por mês, porque estamos trabalhando com maquinário e uma planta que só lava essa quantidade. Mas, no próximo ano, vamos colocar uma planta com tecnologia avançada e mais maquinário para extrair mais. Em 80 anos, a reserva não vai acabar”, comentou o empresário ao site Piauí Negócios.



Jazida localizada em Gilbués possui certificação internacional e está integrada a um sistema de rastreabilidade global. Foto: DM Mineração/Piauí Negócios

Expansão pode colocar o Piauí entre os principais produtores do país

A ampliação da mineração em Gilbués ocorre em um contexto de crescimento do setor no Brasil. De acordo com dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), o país produz cerca de 1 milhão de quilates de diamantes por

ano, com destaque para Mato Grosso e Minas Gerais. Com a nova capacidade prevista, a DM Mineração pode posicionar o Piauí entre os principais estados produtores da gema.

A jazida localizada em Gilbués possui certificação internacional e está integrada ao sistema de rastreabilidade do Processo de Kimberley, que visa coibir o comércio de diamantes provenientes de zonas de conflito. A empresa exporta parte da produção para mercados internacionais, com foco em gemas de até cinco quilates, brancas, puras e valorizadas.



Piauí Diamantes extraídos em Gilbués, Piauí

Qualidade reconhecida dos diamantes do Piauí e mercado em expansão

Segundo o conselheiro de mineração na Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Piauí, Paulo de Tarso, os diamantes extraídos em Gilbués se destacam por atender três dos quatro critérios de avaliação da gema, conhecidos como os “quatro Cs”: cor (color), pureza (clarity) e peso em quilates (carat). O corte (cut) é um fator relevante apenas após a lapidação.

“O Piauí tem um diamante de bom tamanho, de boa cor e com uma pureza boa, portanto tem três



dos quatro Cs. O diamante é uma pedra que nunca vai perder valor, porque existe um mercado para isso”, afirmou.

Outras pedras preciosas no estado

Além dos diamantes, o Piauí possui outros minerais com potencial comercial significativo. A cidade de Pedro II abriga a maior jazida nacional de opala nobre, pedra que também ocorre na Austrália e cujo valor pode chegar a US\$ 20 mil por quilate. A opala de Pedro II é conhecida pelos lampejos de cores que exhibe, mas sua extração é considerada mais complexa e menos previsível.

O estado também apresenta indícios de jazidas de ametista, esmeralda e cristais diversos em regiões como Buriti dos Montes, Batalha e Cristalândia, ainda pouco estudadas. Segundo especialistas, o Piauí e o Maranhão ficaram fora de levantamentos geológicos realizados no Norte do Brasil, o que comprometeu o conhecimento sobre o potencial mineral dessas áreas.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 03/07/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

COMUNICADO OFICIAL: DESBLOQUEIO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O desbloqueio representa um passo importante para a execução das metas institucionais previstas para 2025

Brasília, 03/07/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) agradece o empenho do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) junto à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) na articulação conjunta para o desbloqueio de recursos orçamentários essenciais à manutenção de suas atividades finalísticas.

A medida, que foi oficializada pela Portaria GM/MPO nº 192/2025, tem como objetivo reduzir os impactos do contingenciamento vigente e garantir a continuidade de ações estratégicas da ANTAQ, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do próprio MPOR. Os valores pleiteados totalizam R\$ 30 milhões, sendo R\$ 15 milhões destinados à ANTAQ.

O desbloqueio representa um passo importante para a execução das metas institucionais previstas para 2025 e assegura o funcionamento das atividades regulatórias, de fiscalização e de apoio técnico-operacional da Agência, em benefício da governança e do desenvolvimento sustentável do setor aquaviário nacional.

A ANTAQ reafirma seu compromisso com a gestão eficiente dos recursos públicos, com a entrega de resultados à sociedade e com o fortalecimento das políticas de infraestrutura e logística portuária e hidroviária do país — sempre em alinhamento com as diretrizes do poder concedente, o Ministério de Portos e Aeroportos.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 03/07/2025

BRASIL EXPLORA METADE DAS VIAS NAVEGÁVEIS COM POTENCIAIS DE TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS

Por ser um dos modais mais sustentáveis, a ANTAQ trabalha em políticas públicas que estimulem o uso das hidrovias



Brasília, 03/07/2025 - O país explora 48% da malha hidroviária economicamente navegável. Atualmente existem 41,7 mil quilômetros de vias navegáveis e 20,1 mil quilômetros são utilizados para transporte de cargas e passageiros.

Levando em consideração a importância da promoção da descarbonização na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o potencial redutor de emissão de gases de efeito estufa das hidrovias, a autarquia fomenta

diversas ações para estimular o uso desse modal.

Hidrovias são de quatro a cinco vezes menos poluentes que o transporte rodoviário e emitem 1,5 vez menos carbono que uma ferrovia. Além disso, têm menor custo de implementação e de operação entre os modais de transportes rodoviário e ferroviário, reduzem o percentual de acidentes fatais e diminuem o número de roubo e extravio de carga.

Em 2023, a Agência, em conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), lançaram o Plano Geral de Outorgas (PGO) hidroviário, que tem a intenção de aumentar significativamente a malha hidroviária economicamente navegável e melhorar a infraestrutura das hidrovias já utilizadas.

Além disso, o PGO classificou seis projetos prioritários de hidrovias, entre eles está a Hidrovia do Rio Paraguai que foi um dos temas de debate do I Ciclo de Debates - Fórum de Dragagens: Desmistificando as Dragagens Hidroviárias, promovido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior (ABANI).

O evento, que aconteceu na última quarta-feira (02), contou com a presença do diretor Alber Vasconcelos, relator do projeto de concessão da Hidrovia do Rio Paraguai. A licitação da via vai aumentar a quantidade de dias navegáveis, aumentar a consignação média durante o período de estiagem e diminuir tempo de viagem.

Na ocasião, ele falou ainda sobre a importância das hidrovias para auxiliar no atingimento das metas ambientais de descarbonização e dos ganhos possíveis com a diversificação dos modais de transporte aumentando a eficiência da cadeia logística.

O superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários, Eduardo Queiroz, também fez uma apresentação durante o fórum explicando como é o processo das concessões hidroviárias e os benefícios das obras de infraestrutura nessas vias.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 03/07/2025



Região Sul vê retomada do crescimento na aviação civil com aumento de 10,8% nos primeiros meses do ano - Foto: Julio Cavalheiro/Divulgação

Aviação na Região Sul vem ganhando novos contornos em 2025. Após os impactos sofridos durante a pandemia e as fortes chuvas que afetaram o Rio Grande do Sul em 2024, o setor mostra sinais claros de recuperação e expansão. Apenas entre janeiro e maio deste ano, os aeroportos da região já indicam tendência de superar os números pré-

pandemia, especialmente devido à maior demanda pelos destinos tradicionais de inverno.

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, a movimentação aérea na Região Sul cresceu 10,8%, mais que o dobro do crescimento registrado no mesmo período de 2024, que foi de 5,0%, segundo o Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Nos voos domésticos e internacionais, os terminais da região registraram 10,4 milhões de passageiros, um aumento de 13,8% em relação aos 9,1 milhões do ano anterior.

Os números evidenciam a tendência positiva mês a mês. Em janeiro, o movimento de passageiros cresceu 6,9%, revertendo a queda de 1,5% registrada em 2024. Em fevereiro, o avanço foi de 7,3%, ante 3,0% no ano anterior. Março apresentou crescimento de 9,5%, frente a 5,2% em 2024. Abril registrou um salto significativo de 13,4%, mais do que o dobro do crescimento de 6,0% no mesmo mês do ano passado. O destaque ficou para maio, que registrou alta de 17,9%, muito superior ao modesto 0,3% de 2024, um indicativo claro da robusta retomada da aviação na região.

No total, entre janeiro e maio, a Região Sul movimentou 51.533.635 passageiros, superando os 48.134.589 do mesmo período em 2024, um crescimento de 7,05%. Com o reaquecimento do setor turístico e maior confiança do consumidor, a expectativa é de que a aviação mantenha esse ritmo nos próximos meses, impulsionada principalmente pelo turismo de inverno.

Para a diretora de Gestão Estratégica da Secretaria Nacional de Aviação Civil, Thairyne Oliveira, após um ano difícil como foi o de 2024, a movimentação aérea da região dá sinais cada vez mais evidentes de que está recuperada e pronta para receber mais investimentos do Governo Federal. "O desenvolvimento da Região Sul é estratégico para o país e a aviação tem papel de destaque neste cenário. Mais pessoas voando trazem novas oportunidades de negócio, em especial na cadeia turística dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul", afirma

Impactos na economia local

O avanço da aviação na Região Sul vai além do transporte de passageiros, o crescimento também impacta a economia local e gera empregos diretos e indiretos nos setores de turismo, comércio e serviços. Esse crescimento é impulsionado principalmente pela maior procura por destinos turísticos, favorecida pela chegada das temperaturas mais amenas.

O Aeroporto Internacional de Florianópolis – Hercílio Luz (SBFL) lidera essa expansão, com alta de 20,59%, totalizando 2.177.676 passageiros. Isso se deve ao fortalecimento do turismo local, além do aumento de voos regionais e nacionais, que também contribuem para esse crescimento. O Aeroporto Internacional de Porto Alegre – Salgado Filho (SBPA) também registrou desempenho expressivo, com crescimento de 18,54% e 2.639.759 passageiros movimentados.

Já os aeroportos regionais de Maringá (SBMG) e de Joinville (SBJV) apresentaram aumentos relevantes, com altas de 12,28% e 13,15% respectivamente. O aeroporto de Maringá serve como um importante hub regional para viagens de negócios e turismo de eventos, além de contar com melhorias na malha aérea e conexões com outras capitais do país. Já o aeroporto de Joinville é impulsionado pelo dinamismo industrial da cidade, especialmente nos setores metalúrgico e tecnológico.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 03/07/2025

PRESIDENTE LULA E MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ANUNCIAM INVESTIMENTOS DA PETROBRAS NO RIO DE JANEIRO

Aportes superam R\$ 33 bilhões e priorizam produtos renováveis e eficiência energética

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participam nesta sexta-feira (4) da cerimônia de anúncio de investimentos da Petrobras em refino e petroquímica no Rio de Janeiro. Os aportes, de mais de R\$ 33 bilhões, visam ampliar a produção com foco em produtos renováveis e aumentar a eficiência energética das unidades no estado. A previsão é de geração de mais de 38 mil empregos diretos e indiretos.

Também participam o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e outras autoridades.

Atendimento à imprensa

Ao final da cerimônia, o ministro Silvio Costa Filho concederá entrevista à imprensa. O credenciamento deve ser solicitado até as 19h desta quinta-feira (3), horário de Brasília, pelo Sistema de Credenciamento de Imprensa disponível no site do Palácio do Planalto.

Serviço

O quê: Cerimônia de anúncio de investimentos da Petrobras em refino e petroquímica no Rio de Janeiro

Data: Sexta-feira, 4 de julho

Horário: 11h

Local: Refinaria Duque de Caxias (Reduc) – Rodovia Washington Luiz, km 113,7, Campos Elíseos – Duque de Caxias - RJ

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 03/07/2025

EM BRASÍLIA, MINISTRO SILVIO COSTA FILHO PARTICIPA DA CELEBRAÇÃO DOS 50 ANOS DA ABEPRA

Evento reuniu autoridades para discutir avanços regulatórios e o fortalecimento da atuação dos portos secos no Brasil



Evento reuniu autoridades para discutir avanços regulatórios e o fortalecimento da atuação dos portos secos no Brasil - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta quarta-feira (2) da comemoração dos 50 anos da Associação Brasileira de Portos Secos (Abepra), na Câmara dos Deputados, em Brasília. Na cerimônia, o ministro destacou o papel estratégico dos portos secos e dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros (CLIAs) na logística e no comércio exterior do país.

Costa Filho também enfatizou que, historicamente, esse segmento ficou à margem das discussões estruturantes do país, mas o cenário começa a mudar na gestão do governo Lula, com a articulação entre diferentes órgãos do Governo Federal.

“Nunca houve, estrategicamente, um planejamento para o setor portuário brasileiro. Agora, queremos avançar em uma agenda conjunta entre o Ministério dos Portos, a Receita Federal e o Ministério da Fazenda, que resultará, ainda neste semestre, em um novo marco legal para os portos secos. Isso vai gerar mais segurança jurídica, atrair investimentos e permitir um planejamento logístico mais eficiente e integrado no país”, afirmou o ministro.

Além do ministro Silvio Costa Filho, a comemoração contou com a participação de autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, representantes da administração pública federal e de entidades empresariais.

Durante a comemoração, o diretor-presidente da Abeptra, Elielson Almeida, ressaltou que a entidade tem se empenhado em promover o diálogo institucional, construindo pontes entre o setor público e a iniciativa privada para fortalecer a logística nacional e impulsionar o desenvolvimento econômico em todas as regiões do país.

“Somos parceiros estratégicos do poder público, auxiliando na fiscalização aduaneira e na segurança das operações, ao mesmo tempo em que geramos empregos e impulsionamos o desenvolvimento regional. E é exatamente esse fortalecimento do diálogo — com a presença de ministros, parlamentares, lideranças empresariais e dos nossos associados — que este evento simboliza”, concluiu.

Abeptra

Com 50 anos de existência, a Abeptra reúne 30 das principais empresas privadas dedicadas à logística voltada ao comércio exterior no Brasil, com 41 recintos alfandegados em funcionamento. Com representação nacional dos Portos Secos e CLIA's, a entidade conta com associados presentes em 11 estados, localizados nos principais centros consumidores e produtores do comércio internacional brasileiro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 02/07/2025

PORTO DO ITAQUI SE DESTACA COMO UM DOS MAIORES CENTROS DE MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DO PAÍS

Cerca de 30% do combustível consumido no Brasil, como a gasolina, diesel e GLP, entra pelo Porto



Porto do Itaqui se destaca como um dos maiores centros de movimentação de combustíveis do país - Foto: Vosmar Rosa/Mpor

Localizado em São Luís (MA), o Porto do Itaqui é um gigante na logística nacional, sendo um dos principais terminais do Arco Norte — conjunto de portos estratégicos nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Sua posição geográfica privilegiada reduz o tempo de viagem de mercados da América do Norte e da Europa, quando comparado aos portos do Sul e Sudeste, reforçando sua importância no cenário logístico.

O local é hoje um dos maiores centros de movimentação de combustíveis do país. Funciona como um verdadeiro hub de recebimento e distribuição de derivados de petróleo, como gasolina, diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo (GLP).

Cerca de 30% do combustível consumido no Brasil entra pelo Porto do Itaqui. Essa estrutura faz do terminal maranhense peça-chave no abastecimento nacional. “Recebemos gasolina, diesel, querosene de aviação e GLP dos Estados Unidos, da Holanda, dos Emirados Árabes Unidos e da Índia”, explicou Paulo Ricardo Martins Nunes, assessor do porto.



No caso do GLP, conhecido popularmente como gás de cozinha, a operação conta com a participação da Transpetro, responsável por receber o produto dos navios e armazená-lo em tanques de grande capacidade. A partir daí, o gás é enviado às distribuidoras e chega até as residências brasileiras.

Outro destaque do terminal é o berço 106, um dos pontos mais estratégicos de atracação no Porto do Itaquí. Com profundidade de 19 metros na maré baixa, e podendo chegar até 26 metros, é utilizado especialmente para operações de transbordo de combustíveis, incluindo o sistema "ship to ship" (STS), onde a carga é transferida diretamente entre as embarcações.

A operação permite a movimentação de petróleo e seus derivados entre navios fundeados ou em movimento, otimizando a logística e reduzindo custos operacionais.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o Porto do Itaquí é um dos pilares da logística nacional. "Estamos vendo nossos portos crescerem em números e estrutura. Isso é resultado direto dos investimentos públicos, que fortalecem a infraestrutura, melhoram os serviços e movimentam a economia brasileira", afirmou.

Movimentação recorde de grãos

Os portos organizados da região Nordeste movimentaram 7,7 milhões de toneladas de cargas em abril deste ano, um avanço de 7% em relação ao mesmo período de 2024, segundo dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O Porto de Itaquí reafirmou seu papel estratégico como hub logístico da movimentação de soja no Nordeste e foi responsável por toda a movimentação da commodity na região. O terminal respondeu por 3,3 milhões de toneladas em abril, crescimento de 12,4% em comparação ao ano passado.

Para Alex Ávila, secretário Nacional de Portos, os números positivos refletem uma gestão eficiente e investimentos consistentes no setor. "O crescimento observado na movimentação de produtos nos principais terminais portuários do Nordeste aponta que o planejamento do Governo Federal para a retomada do modal e da economia do país tem sido muito bem executado. Os investimentos realizados nos últimos dois anos têm contribuído para o desenvolvimento do nosso setor e elevado os indicadores econômicos", destacou.

Saiba mais em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2025/06/porto-do-itaqui-conecta-regioes-produtoras-do-norte-e-centro-oeste-do-pais>

Este é o #MPorPeloBrasil, conectando o Brasil por meio dos nossos portos, aeroportos e hidrovias. Acompanhe as redes do Ministério de Portos e Aeroportos e fique por dentro de tudo o que movimenta o país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 02/07/2025

PAÍSES DO BRICS MOVIMENTARAM 503 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGAS NOS PORTOS BRASILEIROS EM 2024

Levantamento realizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos mostra que, no ano passado, foram exportadas 437,3 milhões de toneladas e importadas 65,8 milhões, entre as nações do bloco

Os países que compõem o BRICS movimentaram 503 milhões de toneladas de cargas nos portos brasileiros em 2024, conforme levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos, a partir de dados estatísticos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Além do Brasil, integram o BRICS Rússia, Índia, China e África do Sul e os novos membros admitidos: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã.



Países do BRICS movimentaram 503 milhões de toneladas de cargas nos portos brasileiros em 2024 - Foto: Vosmar Rosa/MPor

Os dados foram obtidos a partir dos registros de embarques feitos nos portos do Brasil para os demais países do bloco e dos desembarques portuários com origem nas nações do BRICS ao longo do ano passado. De acordo com o levantamento, foram 437,3 milhões de toneladas exportadas e 65,8 milhões importadas, em 2024.

“Esse grande volume de movimentação portuária, meio bilhão de toneladas, mostra a importância do bloco para a economia brasileira. Com os novos leilões de portos que estamos planejando para 2025 e 2026, vamos modernizar ainda mais e fortalecer a atividade portuária brasileira”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Para o secretário Nacional de Portos do MPor, Alex Ávila, os números revelam que os portos brasileiros estão atuando com eficiência para garantir o comércio exterior do País. “A relação com os países do BRICS e a ampliação da produção brasileira contribuíram para os recordes de movimentação portuária”, afirmou o secretário, lembrando que no ano passado foi registrada a maior movimentação portuária da história, com 1,32 bilhão de toneladas.

Segundo o levantamento, o principal destino em volume de carga foi a China, com 398,6 milhões de toneladas. Entre os produtos enviados para o país asiático com maior volume estão minérios de ferro (277,9 milhões), soja (66,9 milhões) e óleos brutos de petróleo (28,8 milhões). Em segundo lugar nas exportações em toneladas vem o Egito, com 12,9 milhões, com destaque para o milho (5,3 milhões). E em terceiro lugar aparece o Irã, com 8,9 milhões de toneladas, sendo a maior parte também de milho (4,4 milhões).



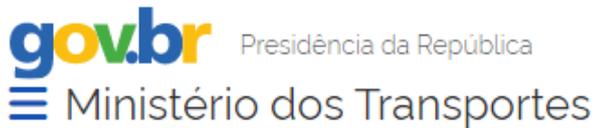
Nas importações feitas pelo Brasil, a China também lidera em volume de carga, sendo a origem de 32 milhões de toneladas, a maior parte em contêineres (17,2 milhões), que incluem máquinas e equipamentos, filamentos sintéticos, produtos de borracha e inseticidas. Também da China, o Brasil importa em maior volume de carga adubos (7,5 milhões de toneladas) e ferro e aço (2,7 milhões). Em segundo lugar vem a Rússia, com 22,1 milhões de toneladas, com destaque para adubos (11,7 milhões) e combustíveis minerais (8,4 milhões). Em terceiro lugar vem a Arábia Saudita, com 5,3 milhões de toneladas, das quais também os combustíveis minerais representam o maior volume (3,6 milhões).



O Brasil está na presidência do BRICS e sedia neste ano a Reunião da Cúpula do bloco, que ocorrerá em julho, no Rio de Janeiro. O BRICS reúne 39% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e 49% da população do planeta.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 02/07/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

ANTT MANTÉM AGENDA DE CONCESSÕES E REFORÇA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA, APESAR DO CENÁRIO FISCAL

Agência assegura o ritmo dos projetos e das fiscalizações, mesmo com limitações orçamentárias. Parceria com o Ministério dos Transportes contribui para continuidade do planejamento e fortalecimento do setor

Mesmo diante das restrições orçamentárias enfrentadas pelas agências reguladoras federais, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) tem atuado para garantir a continuidade da agenda regulatória, a execução de projetos prioritários e a preservação da capacidade institucional. Com medidas de ajuste interno e apoio do Ministério dos Transportes, a agência reafirma seu papel como guardiã técnica do setor de transportes terrestres no país.

A agência iniciou 2025 com orçamento reduzido e, em maio, o novo bloqueio exigiu uma reestruturação de contratos administrativos. Ainda assim, nenhum dos processos regulatórios ou ações de fiscalização foram interrompidos. “É inegável que o contingenciamento impacta a nossa estrutura, mas não teremos paralisação de serviços. Estamos reorganizando internamente nossas prioridades e mantendo a prestação das atividades regulatórias e fiscalizatórias em pleno funcionamento”, afirmou o diretor-geral da ANTT, Guilherme Theo Sampaio.

De acordo com ele, a agência tem atuado com foco na eficiência da gestão e na reorganização interna de recursos, de forma a preservar o cronograma das ações prioritárias. “Temos feito um trabalho de gestão intensa, com renegociação de contratos, otimização de processos e revisão de procedimentos. Esse esforço interno, aliado ao apoio institucional do Ministério dos Transportes, tem sido fundamental para mitigar os efeitos do corte e garantir a sustentabilidade econômico-financeira da ANTT”, explicou.

Ajustes e cooperação

Embora tenha autonomia administrativa e financeira, a ANTT tem contado com o apoio do Ministério dos Transportes, que já aportou R\$ 10 milhões para recompor parcialmente o orçamento da agência neste ano e prevê repasses escalonados adicionais até agosto. A iniciativa faz parte de um esforço conjunto para preservar a capacidade de execução institucional das ações previstas no pipeline de concessões.

“A ANTT tem um papel central na agenda de concessões e na regulação do setor, por isso estamos empenhados em garantir que a agência siga operando com estabilidade. O Ministério tem atuado para recompor recursos e assegurar que as entregas continuem. Nosso foco é manter a máquina funcionando e os projetos em andamento, com responsabilidade e compromisso com o interesse público”, ressaltou o ministro dos Transportes em exercício, George Santoro.

A avaliação é compartilhada pela ANTT. “Nosso foco é assegurar a continuidade da agenda de concessões, o acompanhamento rigoroso dos contratos e a manutenção dos serviços prestados à sociedade. Todas as equipes seguem mobilizadas para que os projetos estratégicos avancem, com responsabilidade e eficiência”, completou o diretor-geral da agência, Guilherme Theo Sampaio.

Apesar dos desafios, a ANTT mantém o cronograma de projetos e concessões, com atenção redobrada à segurança jurídica dos contratos, à qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias e à fiscalização contínua das malhas rodoviária e ferroviária. A expectativa é que, no segundo semestre, a agência avance em novas etapas do plano nacional de concessões, fomentando o desenvolvimento da infraestrutura de transportes do Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 03/07/2025

NO TCU, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE OTIMIZAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-163

Diálogo busca ajustar investimento e melhorias na rodovia que liga o Centro-Oeste e o Norte, com foco em infraestrutura eficiente, segura e adequada à realidade da população e do agronegócio



Encontro no TCU debate otimização contratual da BR-163/230/MT/PA - Foto: Michel Corvello/MT

Oferecer uma infraestrutura de transporte condizente com a atual necessidade da população e do setor produtivo. Com esse objetivo, o Ministério dos Transportes participou, nesta quarta-feira (2), de um debate promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sobre a otimização contratual da BR-163/230. A Via Brasil, responsável pelo trecho, também estava presente.

“Este é um corredor fundamental para a competitividade do Brasil. A gente tem acompanhado como a produção de milho vem crescendo e entende que essa rodovia vai ser demandada com um volume cada vez maior para os próximos anos”, afirmou o ministro dos Transportes em exercício, George Santoro, durante a abertura do encontro.

O trecho de mais de 1.000 quilômetros da BR-163/230/MT/PA, entre Sinop (MT) e os portos do Arco Norte, em Miritituba (PA), é considerado o principal corredor para o escoamento da produção de grãos das regiões Centro-Oeste para o Norte do país.

A concessão do segmento, firmada em 2022, prevê apenas 10 anos de contrato, além de melhorias e investimentos que não estariam alinhados à realidade logística atual da região.

“Essa é a única concessão no âmbito federal com prazo de 10 anos. Hoje, nós estruturamos projetos de concessão de rodovias com duração de 30 anos, há um equilíbrio entre capacidade de execução, interferência no tráfego e financiabilidade. Por isso este projeto, estruturado com 10 anos, tem uma quantidade de obras previstas bastante limitada”, explicou a secretária Nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

A BR-163/230/MT/PA atravessa 13 municípios e afeta diretamente a vida de quase 600 mil pessoas.

“Nós entendemos que o interesse público na otimização deste contrato é evidente. É um setor muito relevante, há uma expectativa pelo Plano Safra de crescimento ainda maior de carga a ser transportada, por isso é necessário que tenhamos rodovias adequadas e seguras”, disse a secretária Nacional de Transporte Rodoviário.

Participaram ainda do painel sobre a otimização da BR-163/230/MT/PA a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e representantes do Governo de Mato Grosso. O evento foi transmitido em tempo real pelo canal do TCU no YouTube.



“Este painel de referência, ao viabilizar que mais atores participem da construção da solução para o caso específico, abrangendo um tema de grande relevância para o país, propiciará uma solução de forma mais colaborativa e participativa”, concluiu o presidente do TCU, Vital do Rêgo.

Otimização

Com aval do TCU, o Ministério dos Transportes já levou a leilão dois contratos que foram otimizados: o da BR-163, mas no trecho de Mato Grosso do Sul, e o da BR-101/ES/BA. No fim do mês passado, a Corte de Contas também aprovou a otimização contratual da BR-381/MG/SP, a Rodovia Fernão Dias. O leilão acontecerá ainda este ano.

“Essa política, instituída pela Portaria 848/2023, permite antecipar investimentos de forma significativa, permite acelerar entregas, garantir segurança e integrar regiões produtoras ao restante do país”, afirmou Viviane Esse.

“Isso é muito importante, porque a gente está destravando problemas antigos em que a gente consegue melhorar bastante a vida do brasileiro”, acrescentou o ministro dos Transportes em exercício.

A expectativa é que a Política de Otimização do Ministério dos Transportes gere R\$97 bilhões de investimento em melhorias na malha rodoviária brasileira.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 03/07/2025*



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – NOVOS SERVIÇOS, MAIORES OPORTUNIDADES

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A incursão da operadora logística VLI em uma nova modalidade de serviços ferroviários, assumindo a descarga de vagões dentro dos complexos industriais de seus clientes, como a recente experiência em Uberaba (MG) com insumos de fertilizantes para a Mosaic, é uma medida significativa. O incremento de performance de 10% registrado no primeiro mês de implantação do novo modelo de negócio é um testemunho concreto dos benefícios que a verticalização de serviços pode gerar. Anteriormente, a VLI se dedicava apenas ao transporte das cargas, deixando a operação de descarregamento a cargo do cliente. Agora, ao integrar serviços como recebimento, manobra e abertura dos vagões, limpeza de correias transportadoras e manutenção das vias permanentes, a companhia oferece uma solução logística mais completa e otimizada.

A decisão da VLI de expandir suas operações para além do mero transporte ferroviário, incorporando etapas cruciais da cadeia de valor do cliente, reflete uma maior compreensão das demandas do mercado. Essa inovação nas atividades permite que as empresas do setor de transportes não apenas ampliem sua receita, mas também gerem ganhos de eficiência que se traduzem em redução de custos para toda a cadeia produtiva.

No caso da Mosaic, o alinhamento com o foco estratégico em inovação logística e no fortalecimento do seu core business justifica a delegação de tarefas que antes eram executadas internamente. A contratação de 89 profissionais pela VLI para assumir o novo escopo demonstra a seriedade do investimento e o potencial de geração de empregos verdes nesse novo modelo de negócio.

É crucial que as empresas do setor de transportes, seguindo o modelo da VLI, invistam na inovação e na expansão de suas atividades. O mercado exige cada vez mais soluções integradas e eficientes, que transcendam o básico de mover mercadorias de um ponto a outro. A busca por otimização operacional, por meio de novas tecnologias, processos e modelos de serviço, é um diferencial competitivo.



A ampliação da eficiência das operações e a consequente redução de custos não beneficiam apenas as transportadoras, mas também seus clientes, que podem focar em suas atividades-fim e ganhar competitividade. Em um cenário econômico global cada vez mais desafiador, a inovação em logística é uma ferramenta poderosa para garantir a resiliência e o crescimento sustentável das empresas e do País como um todo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

SABANAS ADIADAS

As sabatinas para a escolha dos novos dirigentes das agências reguladoras, que não ocorrem desde dezembro do ano passado, só devem ser retomadas em agosto. Havia uma expectativa de que as “entrevistas” dos indicados do Governo para esses cargos pudessem ser reiniciadas antes, mas o acirramento da disputa política entre o Palácio do Planalto e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), envolvendo principalmente esses cargos, forçou o novo prazo.

DAVI X ALEXANDRE

Alcolumbre já deixou claro ao Governo que quer escolher os ocupantes dos cargos vagos nas agências nacionais de Energia Elétrica (Aneel) e do Petróleo (ANP), postos prometidos ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira - que, como resultado, tem sido alvo de críticas cada vez mais duras por parte do presidente do Senado. O político amapaense já chegou, até, a pedir a demissão de Silveira ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que não foi atendido, irritando ainda mais o senador.

BANCO DO BRASIL

A equipe de Lula também ofereceu outros cargos federais, como diretorias do Banco do Brasil, mas Davi Alcolumbre considerou insuficiente.

GRÃOS

O novo Terminal de Granéis de Santa Catarina (TGSC), na região de São Francisco do Sul, na Baía da Babitonga, já está em fase de testes de seus equipamentos e deve iniciar suas operações no próximo semestre. Projeto privado de R\$ 520 milhões e com 97% das obras concluídas, ele irá movimentar grãos para exportação. Com um píer de 255 metros e dois berços de atracação, ele poderá operar 6 milhões de toneladas por ano.

INSTALAÇÕES

O TGSC ainda terá 980 metros de correias transportadoras, com capacidade para até 2 mil toneladas por hora, além de dolphins de atracação e amarração, carregadores de navio e edificações de apoio. Sua retroárea contará com um armazém horizontal e seis silos verticais - no total, as sete instalações poderão receber até 135 mil toneladas de granéis. Congestionamento O tempo de espera para a atracação de navios em portos europeus do Mar do Norte aumentou de algumas horas para até três dias na última semana. A demora tem sido registrada em complexos como Roterdã (Holanda), Antuérpia (Bélgica) e Hamburgo (Alemanha). Levantamento da consultoria LLOYD'S List aponta que esse problema tem como origem o aumento das demandas pelos serviços de transporte, novos arranjos das amadoras e transportadoras marítimas, secas (que estão restringindo o transporte hidroviário no continente) e greves nos setores público e privado. Esses problemas devem persistir pelo menos até agosto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2025

NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEBATE OTIMIZAÇÃO DA BR-163/230 PARA AMPLIAR INVESTIMENTOS

Evento promovido pelo TCU reuniu autoridades e setores envolvidos para discutir contrato que impacta escoamento de grãos do Centro-Oeste ao Arco Norte

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



O presidente do TCU, Vital do Rêgo, destacou que o painel com o Ministério dos Transportes busca uma solução colaborativa e participativa para a questão da BR-163

O Ministério dos Transportes participou na quarta-feira (2) de um debate promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a otimização contratual da concessão da BR-163/230, trecho estratégico para o escoamento da produção de grãos do

Centro-Oeste aos portos do Arco Norte. A Via Brasil, empresa responsável pela rodovia, esteve presente.

O trecho de mais de 1.000 quilômetros da BR-163/230, que liga Sinop (MT) aos portos em Marituba (PA), é considerado fundamental para o transporte da produção de milho e outros grãos, cuja demanda vem crescendo nos últimos anos.

“Este é um corredor fundamental para a competitividade do Brasil. A gente tem acompanhado como a produção de milho vem crescendo e entende que essa rodovia vai ser demandada com um volume cada vez maior para os próximos anos”, afirmou o ministro dos Transportes em exercício, George Santoro, na abertura do encontro.

A concessão vigente, firmada em 2022, tem prazo de apenas 10 anos e prevê investimentos e melhorias considerados insuficientes diante das necessidades logísticas atuais da região. A secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, explicou que projetos federais de concessão costumam ter contratos de 30 anos, equilibrando execução, impacto no tráfego e financiabilidade.

“Essa é a única concessão no âmbito federal com prazo de 10 anos. Hoje, nós estruturamos projetos de concessão de rodovias com duração de 30 anos, há um equilíbrio entre capacidade de execução, interferência no tráfego e financiabilidade. Por isso este projeto, estruturado com 10 anos, tem uma quantidade de obras previstas bastante limitada”, afirmou.

A rodovia atravessa 13 municípios e afeta diretamente a vida de cerca de 600 mil pessoas. A secretária reforçou a importância de otimizar o contrato para garantir rodovias adequadas e seguras, diante da expectativa de crescimento da carga a ser transportada, especialmente no contexto do Plano Safra.

Além do Ministério dos Transportes e da Via Brasil, participaram do painel representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Governo de Mato Grosso. O evento foi transmitido ao vivo pelo canal do TCU no YouTube.

O presidente do TCU, Vital do Rêgo, destacou que o painel busca uma solução colaborativa e participativa para a questão. “Este painel de referência, ao viabilizar que mais atores participem da construção da solução para o caso específico, abrangendo um tema de grande relevância para o país, propiciará uma solução de forma mais colaborativa e participativa”, afirmou.



Com aval do TCU, o Ministério dos Transportes já promoveu a otimização contratual em outros dois trechos rodoviários: da BR-163, em Mato Grosso do Sul, e da BR-101, entre Espírito Santo e Bahia. Recentemente, a Corte de Contas aprovou a otimização da BR381, a Rodovia Fernão Dias, cujo leilão está previsto para este ano.

A secretária Viviane Esse destacou que a Política de Otimização, instituída pela Portaria 848/2023, permite antecipar investimentos, acelerar entregas, garantir segurança e integrar regiões produtoras ao restante do país.

“Isso é muito importante, porque a gente está destravando problemas antigos em que a gente consegue melhorar bastante a vida do brasileiro”, acrescentou o ministro George Santoro.

A expectativa é que a Política de Otimização do Ministério dos Transportes gere R\$97 bilhões em investimentos para melhorias na malha rodoviária brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2025

NACIONAL - BRASIL BATE RECORDE DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Em maio, volume somado alcançou 4,76 milhões de barris de óleo equivalente por dia, com destaque para o pré-sal

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O Brasil registrou em maio os maiores volumes mensais já alcançados na produção de petróleo e gás natural, de acordo com dados divulgados na terça-feira (1º) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Somadas, as produções totalizaram 4,76 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), indicador que consolida a produção conjunta de petróleo e gás natural em unidades energéticas equivalentes.

A produção de petróleo chegou a 3,67 milhões de barris por dia, enquanto a de gás natural alcançou 172,3 milhões de metros cúbicos por dia, números que também configuram recordes históricos para o setor energético nacional.

O destaque do mês foi novamente o pré-sal, com produção recorde de 3,80 milhões de boe/d, equivalente a 79,8% do total nacional. O volume representa um aumento de 1,8% em relação a abril deste ano e de 14,8% na comparação com maio do ano passado. A produção foi realizada em 163 poços, com 2,94 milhões de barris diários de petróleo e 136,75 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural.

A eficiência no aproveitamento do gás natural também chamou a atenção: 97,5% do volume produzido foi aproveitado. Desse total, 55,41 milhões de metros cúbicos por dia foram disponibilizados ao mercado, enquanto a queima somou 4,29 milhões de metros cúbicos diários, uma redução de 13,9% em relação ao mês anterior.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2025

NACIONAL - PORTOS BRASILEIROS REGISTRAM 503 MILHÕES DE TONELADAS EM COMÉRCIO COM O BRICS

Em entrevista, secretário nacional de Portos afirma ver alta competitividade no leilão de terminal que ampliará capacidade do Porto de Santos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Entre os produtos de maior volume enviados à China em 2024 estão minérios de ferro (277,9 milhões de toneladas), soja (66,9 milhões) e óleos brutos de petróleo (28,8 milhões)

Os países que integram o Brics movimentaram 503 milhões de toneladas de cargas nos portos brasileiros ao longo de 2024, segundo levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), divulgado na quarta-feira (2), com base em dados estáticos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O volume

corresponde à soma das exportações feitas do Brasil para os países do bloco e das importações recebidas das demais nações integrantes. Além de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o Brics passou a incluir também Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã, admitidos como novos membros.

Do total movimentado, foram exportadas 437,3 milhões de toneladas e importadas 65,8 milhões. “Esse grande volume de movimentação portuária, meio bilhão de toneladas, mostra a importância do bloco para a economia brasileira. Com os novos leilões de portos que estamos planejando para 2025 e 2026, vamos modernizar ainda mais e fortalecer a atividade portuária brasileira”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

A China aparece como principal destino das exportações brasileiras, com 398,6 milhões de toneladas embarcadas. Entre os produtos de maior volume enviados ao país asiático estão minérios de ferro (277,9 milhões de toneladas), soja (66,9 milhões) e óleos brutos de petróleo (28,8 milhões). O Egito aparece em segundo lugar, com 12,9 milhões de toneladas — sendo 5,3 milhões apenas de milho. Em seguida vem o Irã, com 8,9 milhões de toneladas exportadas pelo Brasil, das quais 4,4 milhões também de milho.

Nas importações, a China lidera como principal origem das cargas recebidas, com 32 milhões de toneladas. Deste total, 17,2 milhões de toneladas correspondem a cargas em contêineres, que incluem máquinas e equipamentos, filamentos sintéticos, produtos de borracha e inseticidas. O Brasil também importou do país asiático 7,5 milhões de toneladas em adubos e 2,7 milhões em ferro e aço.

A Rússia ocupa a segunda posição entre os países do Brics com maior volume de importações para o Brasil: 22,1 milhões de toneladas. O principal produto importado do país europeu são os adubos (11,7 milhões de toneladas), seguido de combustíveis minerais (8,4 milhões). Em terceiro lugar, aparece a Arábia Saudita, com 5,3 milhões de toneladas embarcadas para o Brasil, sendo 3,6 milhões em combustíveis minerais.

Para o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, os dados refletem o bom desempenho do setor portuário brasileiro. “A relação com os países do Brics e a ampliação da produção brasileira contribuíram para os recordes de movimentação portuária”, afirmou o secretário, lembrando que no ano passado foi registrada a maior movimentação da história, com 1,32 bilhão de toneladas.

O Brasil ocupa atualmente a presidência rotativa do Brics e será o anfitrião da próxima reunião de cúpula do grupo, marcada para julho, no Rio de Janeiro. O bloco reúne 39% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e 49% da população global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 03/07/2025

NACIONAL - ABEPRA CELEBRA 50 ANOS REFORÇANDO DIÁLOGO ENTRE SETORES PÚBLICO E PRIVADO

Evento realizado em Brasília destacou a contribuição da associação para o desenvolvimento da infraestrutura logística brasileira

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



Entre os presentes estavam o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, e o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião

A Abepara, Associação Brasileira de Portos Secos e CLIAS (Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros), comemorou 50 anos de atuação com um evento realizado em Brasília (DF), na manhã de quarta-feira (2). A celebração reuniu autoridades do setor portuário, lideranças empresariais e representantes da logística nacional.

Entre os presentes estavam o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, e o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião. O encontro destacou a contribuição da Abepara para o fortalecimento da infraestrutura logística brasileira ao longo de cinco décadas.

Na cerimônia, o ministro destacou o papel estratégico dos portos secos e dos centros logísticos no comércio exterior do país. Costa Filho também enfatizou que, historicamente, esse segmento ficou à margem das discussões estruturantes do país, mas o cenário começa a mudar na gestão do governo Lula, com a articulação entre diferentes órgãos do Governo Federal.

“Nunca houve, estrategicamente, um planejamento para o setor portuário brasileiro. Agora, queremos avançar em uma agenda conjunta entre o Ministério dos Portos, a Receita Federal e o Ministério da Fazenda, que resultará, ainda neste semestre, em um novo marco legal para os portos secos. Isso vai gerar mais segurança jurídica, atrair investimentos e permitir um planejamento logístico mais eficiente e integrado no país”, afirmou Costa Filho.

A solenidade também contou com a participação de representantes dos poderes Executivo e Legislativo, da administração pública federal e de entidades empresariais ligadas ao setor.

O diretor-presidente da Abepara, Elielson Almeida, ressaltou que a entidade tem se empenhado em promover o diálogo institucional, construindo pontes entre o setor público e a iniciativa privada para fortalecer a logística nacional e impulsionar o desenvolvimento econômico em todas as regiões do país.

“Somos parceiros estratégicos do poder público, auxiliando na fiscalização aduaneira e na segurança das operações, ao mesmo tempo em que geramos empregos e impulsionamos o desenvolvimento regional. E é exatamente esse fortalecimento do diálogo, com a presença de ministros, parlamentares, lideranças empresariais e dos nossos associados, que este evento simboliza”, disse Almeida.

A Abepara representa atualmente 30 das principais empresas privadas do setor de logística de comércio exterior, responsáveis por 41 recintos alfandegados em operação no Brasil. Com atuação em 11 estados, os associados da entidade estão estrategicamente posicionados junto aos principais centros consumidores e polos produtivos do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 03/07/2025

BRASIL EXPORT - ALADI PARTICIPA DO MERCOSUL EXPORT COM FOCO NA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Secretário-geral Sergio Abreu estará na abertura do evento, que terá como destaque a Hidrovia do Rio Paraguai

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Sergio Abreu com o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião: o secretário-geral da ALADI irá participar da solenidade de abertura e do primeiro painel do Mercosul Export no Paraguai

O secretário-geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Sergio Abreu, estará presente no fórum Mercosul Export, que será realizado nos dias 17 e 18 deste mês, em Assunção, capital do Paraguai. A participação reforça o papel do

evento, que chega à sua terceira edição, para o fortalecimento da infraestrutura e logística regional do bloco sul-americano.

O evento, organizado pelo Grupo Brasil Export, dará destaque para o desenvolvimento da Hidrovia do Rio Paraguai, um eixo vital para o comércio e a integração dos países membros. A associação tem uma trajetória ativa na promoção de um marco normativo e de cooperação para o corredor logístico.

Os debates vão reunir líderes governamentais, executivos do setor privado e especialistas do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia. Segundo o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, o diálogo pro movido com a ALADI tem o objetivo de construir consensos entre os países da bacia do Prata para otimizar a navegabilidade e a competitividade dos produtos.

“A Hidrovia do Rio Paraguai é um exemplo emblemático do potencial da integração latino-americana. Com foco nas dificuldades individuais e compartilhadas pelos países do Mercosul, a expectativa é que os debates exponham a necessidade de ampliar a cooperação em temas de infraestrutura, simplificação de trâmites e harmonização regulatória”, destaca.

A ALADI é o maior grupo latino-americano de integração, composto por 13 países membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Fundada em 1980, a Associação busca a criação de um mercado comum latino-americano, através de instrumentos como preferências tarifárias regionais e acordos de alcance parcial.

O Mercosul Export acontece no Gran Bourbon Hotel Asunción. Sergio Abreu irá participar da solenidade de abertura e do primeiro painel do evento, “Os impactos e a relevância da hidrovia Paraguai Paraná para a economia do Mercosul”, no dia 17, por volta das 17 horas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2025

BRASIL EXPORT - DIRETOR DA ANP CONFIRMA PRESENÇA NO NORDESTE EXPORT

Daniel Maia Vieira se junta a outras autoridades confirmadas no fórum regional, que será realizado no Piauí

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O diretor da ANP Daniel Maia Vieira irá participar do painel “As possibilidades de negócios criadas pela exploração da Margem Equatorial” do Nordeste Export, em Teresina, no Piauí

O diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Daniel Maia Vieira, é mais uma autoridade confirmada para o Nordeste Export 2025, que acontece nos dias 31 de julho e 1º de agosto, em Teresina (PI). Esta será a primeira edição do fórum na capital piauiense.

Vieira, que participa do painel “As possibilidades de negócios criadas pela exploração da Margem Equatorial”, se junta a outros nomes de peso no evento, como o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, que também confirmou participação no evento promovido pelo Grupo Brasil Export.

O Nordeste Export reunirá representantes dos setores público e privado para debater temas como infraestrutura logística, energia, mineração, inovação e transportes. As atividades acontecerão nas dependências do Senai Piauí, localizado na Avenida Petrônio Portella, no bairro Primavera.

O evento faz parte do calendário nacional de fóruns regionais promovidos pelo Brasil Export, que também inclui o Bahia Export, nos dias 14 e 15 de agosto, em Salvador.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2025

BRASIL EXPORT – EAS RECEBE REUNIÃO PARA DISCUTIR RUMOS DA INDÚSTRIA NAVAL

Representantes de Suape, da Transpetro e do Governo de Pernambuco discutem programa que prevê construção de 44 embarcações

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O Estaleiro Atlântico Sul (EAS), em Ipojuca (PE), recebeu na terça-feira (1º) uma reunião com a presença de representantes do setor público e privado para discutir os rumos da indústria naval brasileira.

O diretor-presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape, Armando Monteiro Bisneto, participou do encontro ao lado do presidente da Transpetro, Sérgio Bacci; do presidente do EAS, Roberto Cavalheiro Brisolla Neto; e do diretor do estaleiro, Leo Delarole.

Na pauta, os impactos do Programa de Renovação e Ampliação da Frota do Sistema Petrobras, que prevê a construção de 44 embarcações, entre petroleiros, gaseiros e fragatas. A iniciativa faz parte da estratégia do governo federal de ampliar a frota nacional e reduzir a dependência de afretamentos internacionais.

Segundo os participantes, a expectativa é que o programa gere cerca de 44 mil empregos diretos e indiretos, com efeitos na cadeia produtiva ligada à indústria naval.

O Porto de Suape foi citado no encontro em razão de sua infraestrutura e da integração logística com o Nordeste. Além de Armando Monteiro Bisneto, integraram a comitiva de Suape os diretores Rinaldo Lira (Desenvolvimento e Gestão Portuária) e Armando Peixoto (Relações Institucionais e Governamentais), além dos coordenadores Alexandre Cardoso e Alexandre Reis.

Também participaram da agenda o secretário-executivo de Energia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC) de Pernambuco, Guilherme Sá, e o secretário-executivo de Gestão da SDEC, Marcelo Loyo.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/07/2025

REGIÃO SUDESTE - TRABALHADOR MORRE APÓS SER ATROPELADO NO AEROPORTO DE VIRACOPOS

Vítima de 46 anos pertencia a uma empresa terceirizada e realizava atividades de manutenção da pista do terminal internacional

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A empresa responsável pelo veículo que atropelou o trabalhador estava no local para realizar uma avaliação das condições de atrito da pista do Aeroporto de Viracopos

Um trabalhador de 46 anos morreu atropelado durante uma operação de manutenção na pista do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), na madrugada de quarta-feira (2). O acidente fez com que o terminal ficasse por

uma hora e meia fechado para pousos e decolagens.

A vítima, identificada como Rodrigo Augusto Lucena Barros, prestava serviços para uma empresa terceirizada. Ele acabou sendo atingido por um veículo que pertencia a uma outra empresa.

Segundo informado, a empresa responsável pelo veículo que atropelou o trabalhador estava no local para realizar uma avaliação das condições de atrito da pista do terminal internacional.

Em nota, a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos (ABV) informou que um dos técnicos que realizavam atividades de manutenção da pista acabou sofrendo um acidente. Segundo a ABV, o caso foi comunicado oficialmente à 1h50 e o óbito do trabalhador foi confirmado às 2h03.

Após o acidente, equipes de emergência foram até o local. A perícia foi chamada para realizar investigações no local dos fatos. O corpo da vítima foi levado para o Instituto Médico Legal (IML). O caso foi registrado na delegacia do Aeroporto de Viracopos como homicídio culposo.

De acordo com a concessionária, em razão do acidente, o aeroporto ficou fechado para operações entre 5 horas e 6h26. A Azul informou, em nota, que dez voos que tinham como destino Campinas tiveram de ser desviados para outros aeroportos, como Congonhas e Guarulhos, ambos em São Paulo.

Outros cinco voos marcam dos para decolar de Campinas e mais cinco que tinham Viracopos como destino foram cancelados.

Durante toda a manhã, a movimentação de passageiros foi intensa, com muitos deles buscando informações nos guichês das companhias aéreas sobre voos cancelados e atrasos na operação de embarque de voos programados.

MPvai apurar

O Ministério Público do Trabalho (MPT) informou que abriu um procedimento para apurar as causas do acidente.



De acordo com o órgão, uma inspeção foi realizada ainda nesta quarta-feira e que vai investigar uma eventual responsabilidade da concessionária no caso.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) também foram oficiados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2025

REGIÃO SUDESTE - PROGRAMA DO GOVERNO DE SP APOIA EMPRESAS QUE QUEIRAM EXPORTAR

Capacitação gratuita e online terá encontros coletivos e mentorias individuais para apoiar a inserção de pequenos negócios no mercado internacional

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Micro, pequenas e médias empresas, além de startups e produtores rurais de todo o estado de São Paulo, podem se inscrever até o dia 31 deste mês no programa Exporta SP, iniciava da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) em parceria com a InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à pasta.

O programa oferece capacitação gratuita e 100% online, com duração de três meses, durante o segundo semestre. Os participantes terão dois encontros coletivos por semana e acesso a até quatro mentorias individuais com especialistas, voltadas às necessidades específicas de cada negócio.

A organização é da Diretoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior da InvestSP, responsável pelos escritórios internacionais do Governo de São Paulo na Europa, América do Norte, Ásia e Oriente Médio.

“Ao investir na capacitação empreendedora, queremos incentivar os pequenos negócios a buscar novos mercados e mover a alavanca do desenvolvimento que gera renda e emprego, forte diretriz do governador Tarcísio de Freitas”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima.

O conteúdo do Exporta SP aborda temas como formação de preços, adequação de produtos e serviços, inteligência comercial, marketing e vendas. As empresas participantes ainda terão acompanhamento de especialistas por até dois anos.

“Ao acessar o mercado internacional, a pequena empresa desenvolve novas habilidades e se torna mais competitiva, além de aumentar seu faturamento e diversificar suas fontes de receita, o que gera mais segurança. Por isso, é fundamental apoiarmos os pequenos negócios, que são responsáveis por mais da metade dos empregos gerados no Brasil”, disse o presidente da InvestSP, Rui Gomes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2025

REGIÃO SUDESTE - VLI INAUGURA SOLUÇÃO PARA DESCARGA DE VAGÕES COM FERTILIZANTES EM MG

Nova etapa do serviço logístico teve início em Uberaba e, segundo a empresa, já mostra ganho de desempenho operacional

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A VLI, uma das principais companhias de logística do país, inaugurou uma nova modalidade de serviços ferroviários para a execução de operações de descarga de vagões dentro dos complexos industriais de seus clientes. A primeira experiência teve início no mês de maio na cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, com insumos de fertilizantes.

A companhia assumiu a operacionalização do descarregamento dos fluxos de rocha fosfática e enxofre dentro da planta industrial da Mosaic, uma das maiores produtoras globais de fertilizantes.

Segundo a VLI, no primeiro mês de implantação do novo modelo de negócio, foram registrados incrementos de performance de 10% em relação aos resultados operacionais verificados para as commodities em relação aos meses anteriores.

A VLI já realizava as movimentações de ambas as cargas para a Mosaic por meio da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) sem, no entanto, executar as operações de descarregamento. Para a rocha fosfática, a companhia vinha executando somente o transporte entre duas plantas industriais deste cliente entre Catalão (GO) e Uberaba (MG).

Já para enxofre, o serviço se restringia até então ao fluxo desde o Terminal Integrador Luiz Antônio Mesquita (Tiplam), no litoral de São Paulo, também com destino ao complexo instalado na cidade do Triângulo Mineiro.

Agora, além destes transportes, a VLI incluiu às suas entregas os serviços de recebimento, manobra e abertura dos vagões, a limpeza das correias transportadoras dos produtos e a manutenção das vias permanentes instaladas nas dependências industriais da Mosaic, que os vinha executando "in-house".

Para assumir o novo escopo, alinhado ao foco estratégico da Mosaic em inovação logística e no fortalecimento de seu core business, a VLI realizou a contratação de 89 profissionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

TOFFOLI HOMOLOGA ACORDO PARA RESSARCIR VÍTIMAS DE FRAUDES DO INSS E AUTORIZA PAGAMENTOS FORA DE LIMITE DO ARCABOUÇO

Governo prevê que devolução de valores desviados comece no fim de julho

Por Daniel Gullino — Brasília



O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou nesta quinta-feira o acordo apresentado pelo governo federal para ressarcir as vítimas de fraudes de descontos não autorizados em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Toffoli ainda autorizou que as despesas com a devolução dos valores não sejam incluídas no limite do arcabouço fiscal.

"Essa mesma razão justifica que os valores a serem utilizados para reposição imediata, na via administrativa, do patrimônio dos beneficiários da Previdência Social que foram vítimas das fraudes com descontos não autorizados, acordada nestes autos, sejam excepcionados do cálculo para fins do limite" do arcabouço, escreveu Toffoli.

A homologação tem efeito imediato, mas ainda precisa ser confirmada pelos demais ministros do STF. A votação ocorrerá em agosto.



O ministro também suspendeu todos os processos, inclusive decisões, que tratem da responsabilidade da União pelas irregularidades nos descontos.

A previsão do governo é que os primeiros pagamentos podem começar em 24 de julho, para 1,5 milhão de pessoas. O acordo foi assinado pelo Ministério da Previdência Social, a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e apresentado na quarta-feira ao STF.

O documento prevê um ressarcimento para os aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos entre março de 2020 e março de 2025. A devolução corresponderá ao valor total descontado de cada segurado, corrigido pela inflação, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A correção será feita a partir do mês de cada desconto até o pagamento.

Até agora, o INSS recebeu 3,6 milhões de contestações, de pessoas que não reconhecem autorização para os descontos. Em 2,16 milhões de casos (quase 60%), as entidades responsáveis não responderam. Essas pessoas já poderão aderir ao acordo.

Outras 828 mil contestações receberam resposta das entidades, que apresentaram documentos que comprovariam a autorização dos descontos. Esses casos ainda estão sob análise do INSS e por isso não serão incluídos de imediato no cronograma de ressarcimento.

O ressarcimento não é automático e só ocorrerá para quem solicitar, indicando que não autorizou o desconto. Além disso, quem aderir ao acordo terá que desistir de uma eventual ação judicial já apresentada contra o INSS.

Toffoli afirmou que a homologação atende à "urgência em se realizar a devolução imediata dos valores descontados indevidamente dos benefícios de aposentados e pensionistas".

"A iniciativa encontra-se em absoluta consonância com a diretriz traçada no preâmbulo da Constituição Federal de 1988, a qual consagra a promoção da 'solução pacífica das controvérsias' pelo Estado como ideia fundante da ordem constitucional", declarou o ministro.

As fraudes nos descontos estão sendo investigadas pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU) na Operação Sem Desconto. Parte das apurações foi enviada ao STF, sob relatoria de Toffoli, por envolver autoridades com foro privilegiado.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/07/2025

PETROBRAS VAI INVESTIR R\$ 23 BI ATÉ 2029 NA AMPLIAÇÃO DO ANTIGO COMPERJ

Valor será destinado para produção de combustíveis e produtos petroquímicos, além da construção de duas térmicas no complexo que foi alvo da Lava-Jato

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro

A Petrobras vai investir cerca de R\$ 23 bilhões no Complexo de Energias Boaventura, o antigo Comperj, em Itaboraí, até 2029.

A ampliação faz parte de um projeto que envolve um aporte total de cerca de R\$ 33 bilhões até 2029 em refino e petroquímica no Rio de Janeiro.

O empreendimento foi um dos alvos da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que revelou um esquema bilionário de corrupção na estatal em 2014. As obras foram paralisadas após a investigação e o projeto foi remodelado antes de ser retomado pela Petrobras.



No antigo Comperj, a estatal vai produzir combustíveis renováveis como SAF (o querosene de aviação sustentável) e diesel renovável (HVO). A meta é produzir 19 mil barris por dia, um projeto que faz parte do Novo PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento, do governo federal.

A estatal vai estudar ainda a produção de insumos para tintas, para a produção de PET e para o setor químico, como ácido acético e monoetileno glicol. O objetivo, segundo a estatal, é substituir a importação.

No empreendimento, a Petrobras vai ainda construir duas usinas termelétricas que estarão preparadas para participar de leilões de oferta de energia.

Desde 2008, com o início das obras de terraplanagem em Itaboraí, a Petrobras já contabilizou prejuízo de ao menos US\$ 14 bilhões com o complexo, resultado de pagamentos de propinas e obras superfaturadas, conforme apontado pela Operação Lava-Jato, além de sucessivas mudanças no projeto.

Mudanças no projeto do Comperj

Entre 2017 e 2018, a estatal decidiu abandonar a construção da refinaria e optou por realizar só a UPGN. Mas o custo da unidade, essencial para o transporte do gás do pré-sal na Bacia de Santos, subiu significativamente.

Inicialmente orçada em R\$ 1,94 bilhão, a obra superou os R\$ 3 bilhões, segundo documentos de 2022, com problemas causados pela pandemia, modificações no projeto e variações cambiais. Depois, a estatal retomou a ideia de produzir derivados.

No fim do ano passado, a estatal anunciou o início da operação comercial da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN). Na primeira fase, a unidade tinha capacidade de processar 10,5 milhões de metros cúbicos por dia, número que chegou a 21 milhões de metros cúbicos por dia.

O gás bruto processado vem dos campos do pré-sal em alto-mar na Bacia de Santos, como Tupi, Búzios e Sapinhoá, por meio do gasoduto Rota 3, que já está em operação.

A UPGN tem como objetivo filtrar e tratar esse gás para "produzir" o gás natural, o gás de cozinha (GLP) e o chamado C5+, usado como matéria-prima na indústria petroquímica e para a produção de combustíveis. Segundo a estatal, isso reduzirá a necessidade de importação.

Investimentos na Reduc

Já a Reduc, a refinaria em Duque de Caxias, vai receber um investimento total de cerca de R\$ 6,26 bilhões, com a ampliação de produção de diesel S-10, diesel R7 (com 7% de conteúdo renovável), QAV (querosene de aviação) e lubrificantes. Dentro desse valor, a Petrobras anunciou ainda o investimento de R\$ 2,4 bilhões em paradas programadas de manutenção na Reduc.

Em Caxias, serão ainda investidos R\$ 860 milhões na modernização da central termelétrica para substituição de equipamentos e melhoria na eficiência energética. Os aportes devem ocorrer até 2029.

Ampliação da Braskem no Rio

A companhia também anunciou investimentos de R\$ 4,3 bilhões na ampliação da unidade de polietileno da Braskem (empresa na qual a estatal tem 47% do capital votante), para aumentar a produção em 230 mil toneladas por ano. A unidade fica em Duque de Caxias. O valor, no entanto, será aportado pela Braskem.

Integração entre unidades

Magda Chambriard, presidente da Petrobras, que participou de forma remota da coletiva de imprensa, disse que o objetivo da ampliação é elevar a capacidade de produção de combustíveis e ampliar o uso do gás.



Segundo ela, o pacote de investimentos no Rio vai integrar os principais ativos no estado, como Reduc, Rota 3, o antigo Comperj e a Braskem. O projeto anterior no Rio tinha valor de R\$ 20 bilhões, segundo Magda.

— O projeto cresceu. Agregamos agora o investimento na Braskem e incorporamos outras sinergias. A Reduc tem 240 mil barris por dia de capacidade e agora será ampliada com a chegada do gás do pré-sal através da Rota 3, que será antes processado no Boaventura. Esse gás será usado pela Braskem. Vamos garantir mais gás a preços acessíveis

A presidente da Petrobras destacou a importância de os projetos integrarem as diferentes unidades da companhia no Rio:

— Ao associar todos esses ativos, estamos gerando um ciclo virtuoso capaz de produzir plástico para embalagens, PET e óleo lubrificante, por exemplo. É fornecer insumo para uma cadeia longa e aproveitar o petróleo e o gás para combustíveis mais limpos e verdes. Toda uma cadeia de empresas surge a partir da nossa petroquímica no Rio. Acreditamos nesse ciclo virtuoso.

William França, diretor da Petrobras, lembrou ainda que a Reduc passará a usar petróleo do pré-sal. Segundo ele, haverá um aumento de 110 mil barris por dia nas duas unidades do Rio (Reduc e antigo Comperj).

— Haverá QAV com conteúdo renovável na Reduc, e já estamos testando o coprocessamento de 10% de conteúdo renovável no diesel (criando o R 10) neste mês.

Para Magda Chambriard, o investimento permitirá o desenvolvimento industrial e a geração de mão de obra. Há um potencial de gerar 55 mil empregos diretos e indiretos com todos os projetos.

— Vamos agregar valor, emprego e renda para a sociedade. Todos os projetos industriais estão crescendo. Esse é o papel de uma empresa estatal. Vamos ajudar no desenvolvimento do país, sem perder de vista que precisamos trazer retorno para os acionistas, sejam governamentais ou privados.

Braskem pode recorrer ao BNDES

O presidente da Braskem, Roberto Ramos, afirmou que as petroquímicas precisam converter o gás para a produção de novos produtos.

— É mais um projeto que une Petrobras e Braskem. A nossa unidade do Rio agora ficará ligada também ao Boaventura, e não somente à Reduc. Isso vai ampliar a capacidade da companhia. É mais uma demonstração do relacionamento entre Braskem e Petrobras.

Segundo Ramos, metade do investimento de R\$ 4,3 bilhões na Braskem será financiada com os incentivos do Regime Especial da Indústria Química (Reic) — programa criado pelo governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com foco na retomada e no fortalecimento da cadeia produtiva da indústria química nacional.

Ramos lembrou ainda que a outra metade pode ser financiada com recursos do BNDES. Destacou, ainda, que o mercado de dívida também pode ser acessado. Desse investimento previsto, a companhia já aprovou R\$ 233 milhões para projeto de engenharia básica.

— O endividamento será na Braskem e não afeta o caixa da Petrobras. É um investimento endógeno.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/07/2025

COM CINCO MINISTÉRIOS, UNIÃO BRASIL, PP E REPUBLICANOS VÃO AO STF CONTRA GOVERNO PARA MANTER DECISÃO DO CONGRESSO SOBRE IOF

Planalto judicializou a derrubada dos dois decretos presidenciais que aumentavam o imposto
Por Luísa Marzullo — Brasília



Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, e André Fufuca, titular do Esporte, marcaram a entrada de Republicanos e PP no governo Lula — Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

União Brasil, Progressistas, Republicanos e mais cinco partidos protocolam nesta quinta-feira uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a validade do decreto legislativo que suspendeu o aumento do IOF, determinado pelo governo por

meio de dois decretos presidenciais.

Os partidos que apoiam a ação são: PSDB, Solidariedade, Progressistas, União Brasil, PRD, Republicanos, Podemos e Avante. Entre eles, três fazem parte da base governista e ocupam cargos em ministérios na Esplanada.

No União Brasil, o deputado Celso Sabino lidera o Ministério do Turismo, enquanto a pasta das Comunicações é comandada por Frederico Siqueira Filho, também ligado ao partido. A sigla ainda indicou Waldez Góes (PDT) para o Desenvolvimento Regional. Progressistas e Republicanos têm um ministério cada, respectivamente de Esportes e de Portos e Aeroportos.

A judicialização da disputa sobre o IOF intensificou o embate entre Executivo e Legislativo. Nesta quarta-feira, em entrevista ao Jornal da Manhã, da TV Bahia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que recorreu aos decretos para garantir governabilidade e defender a prerrogativa do Executivo:

— O presidente tem que governar o país, e decreto é coisa do presidente. Você pode ter um decreto legislativo quando há inconstitucionalidade. O governo tem o direito de propor ajustes no IOF, sim. Estamos propondo um reajuste tributário para beneficiar os mais pobres. O dado concreto é que os interesses de poucos prevaleceram na Câmara e no Senado, o que é um absurdo — declarou.

Para os partidos, o Congresso agiu corretamente ao barrar os aumentos do imposto feitos sem passar pelo devido processo legislativo e a ação no STF visa preservar a segurança jurídica, o equilíbrio fiscal e o respeito à Constituição.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/07/2025

EM TELEGRAMA, EMBAIXADOR DO BRASIL NA ARGENTINA DIZ QUE MILEI FEZ 'GINÁSTICA INTELLECTUAL' PARA JUSTIFICAR TAXAÇÃO DE TRUMP

Julio Bitelli acrescentou que “a política de alinhamento automático e acrítico do governo argentino aos Estados Unidos tende a gerar poucos resultados concretos para Buenos Aires”

Por Patrik Camporez — Brasília

Embaixador do Brasil na Argentina, o diplomata Julio Bitelli criticou o discurso adotado pelo presidente Javier Milei para justificar o fato de o país vizinho ter sido alvo das taxações dos Estados Unidos. Alinhado politicamente com o presidente Donald Trump, Milei fez uma "ginástica intelectual",

segundo Bitelli, para emplacar sua “narrativa” de que a tarifa de 10% imposta ao país vizinho seria positiva.



Júlio Bitelli, o embaixador do Brasil na Argentina
— Foto: Pedro França / Agência Senado

A avaliação está em telegrama enviado ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 3 abril deste ano. Na ocasião, Trump havia anunciado a taxaço das importações americanas com tarifas diferenciadas de acordo com o país. Os 10% foram adotados de forma igual às nações da América do Sul, incluindo Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Argentina.

Em telegrama reservado enviado ao Brasil, obtido pelo GLOBO, Bitelli afirmou que o anúncio feito por Trump era “aguardado ansiosamente pelo governo argentino”, que esperava ser “excluído da taxaço norte-americana”. “Em uma ginástica intelectual, o presidente Milei buscou fomentar narrativa no sentido de que a decisão norte-americana foi positiva para a Argentina”, escreveu o embaixador, acrescentando:

“Apesar dos esforços da narrativa oficial, havia expectativa de que a Argentina fosse excluída do anúncio norte-americano, em nome da suposta amizade de Milei e Trump. O comunicado de Washington reforça a impressão de que a política de alinhamento automático e acrítico do governo Milei aos Estados Unidos tende a gerar poucos resultados concretos para Buenos Aires”, diz o documento, classificado como reservado.

No telegrama, o diplomata destaca ainda que, após o anúncio de Trump, Milei compartilhou em sua rede social a música da banda inglesa Queen - Friends will be friends - num sinal de que os 10% de taxa seriam resultado de sua proximidade com o presidente dos EUA. Essa postagem, segundo ele, foi seguida por outras manifestações, “na mesma linha”, de aliados do presidente nas redes sociais.

“Uma delas buscou atribuir a Milei a decisão de Trump de impor as tarifas mais baixas possíveis não apenas à Argentina, mas aos demais países do Mercosul. O porta-voz (do governo argentino) Manuel Adorni, em conferência de imprensa na manhã de hoje, argumentou que a imposição das tarifas confirma que ‘Trump não é protecionista, apenas usa o recurso como ferramenta geopolítica’. Afirmou que o governo se sentiu beneficiado com o tratamento recebido”, acrescentou.

Bitelli confirmou ao GLOBO o teor do documento e disse que seu posicionamento se deveu pela expectativa criada pelo governo argentino sobre um possível tratamento diferenciado a Milei, o que não ocorreu.

— O que a gente viu, pelo menos até agora, é que a Argentina está recebendo um tratamento absolutamente idêntico a outros países da região que não têm o mesmo tipo de relação com os Estados Unidos — disse.

Antes de servir na Argentina, Bitelli passou por países como Tunísia, Colômbia e Marrocos. Desde maio de 2023, é embaixador do Brasil em Buenos Aires.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/07/2025

AGU PEDE PARA INVESTIGAR DISTRIBUIDORAS POR PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

Segundo a AGU, há indícios que os distribuidores e revendedores não estariam repassando ao consumidor as reduções de preços nas refinarias da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha

Por Geralda Doca — Brasília



ECO - Rio de Janeiro (RJ) - 01/11/2022 — Foto: Rebecca Maria / Agencia O Globo

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a abertura de processo para investigar práticas anticoncorrencias nos preços dos combustíveis. Segundo a AGU, há indícios que os distribuidores e revendedores não estariam repassando ao consumidor as reduções de preços nas refinarias da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha (GLP).

Documentos analisados pela AGU apontam que os elos de distribuição e de revenda de gasolina, óleo diesel e GLP, considerado todo o território nacional, não estavam corringindo os preços de forma proporcional aos reajustes realizados pelas refinarias, prejudicando os consumidores.

Entre julho de 2024 e junho de 2025, observando os reajustes de preços efetuados pela Petrobras em suas refinarias, foram identificados sete reajustes nos preços de gasolina, óleo diesel e GLP, sendo três de aumento de preços e quatro de redução de preços.

Segundo a AGU, nota informativa do Ministério de Minas e Energia afirma que os distribuidores e revendedores repassaram integralmente o valor reajustado e, em geral, em uma proporção maior do que o valor reajustado pela refinaria, em detrimento dos consumidores.

Nos casos em que o reajuste da refinaria representou redução dos preços, os distribuidores e revendedores reduziram seus preços em valores inferiores à redução praticada pela refinaria, dando aos distribuidores e revendedores uma renda adicional, absorvida em suas margens, em prejuízo dos consumidores.

O documento da AGU foi elaborado pelo Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Controladoria-Geral da União (DAEX/CGU), a partir de informações fornecidas pela Secretaria Especial de Análise Governamental, da Casa Civil e da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, do Ministério de Minas e Energia.

A AGU também enviou o documento a outros órgãos, como Polícia Federal e Polícia Federal, à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/07/2025

MERCOSUL: LULA FALA EM POLÍTICA COORDENADA PARA TERRAS RARAS E MINERAIS CRÍTICOS COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO 'VERDE'. ENTENDA

Por Luciana Casemiro



O presidente Lula na reunião de cúpula do Mercosul, em Buenos Aires — Foto: Luis ROBAYO / AFP

A questão climática está entre os cinco pontos eleitos pelo presidente Lula como prioritários para a presidência brasileira do Mercosul. Em seu discurso na abertura da reunião da cúpula em Buenos Aires, Lula destacou a necessidade de cooperação entre os países para promover "padrões comuns de sustentabilidade, mecanismos de rentabilidade e inovações tecnológicas". O presidente brasileiro disse que será preciso "ímpeto renovado para recuperar nossa capacidade industrial com responsabilidade ambiental". E ao falar sobre esse tema, destacou o fato da região ter algumas das maiores reservas de

minerais críticos e de terras raras do mundo. O presidente ressaltou que no encontro do G7, do qual participou no Canadá, o acesso a esses minerais foi tratado como imperativo da segurança energética.

— A corrida por lítio, terras raras, grafita e cobre já começou. O Mercosul ampliado é nossa melhor plataforma para aproximar e coordenar políticas nacionais. É fundamental garantir que as etapas de beneficiamento ocorram em nossos territórios com transferência de tecnologia e geração de emprego e renda - destacou Lula.

Minerais críticos, como lítio, são fundamentais para a fabricação de produtos de alta tecnologia, como as baterias de carros. Não por acaso, um dos primeiros acordos anunciados nas negociações entre Estados Unidos e China foi sobre as chamadas terras raras, matéria-prima essencial para eletroeletrônicos, como os celulares. O Brasil concentra a segunda maior reserva do mundo de terras raras, atrás apenas da China. Entre os cinco maiores produtores globais de lítio, três estão na América do Sul. No ranking, a Austrália aparece disparada na liderança, com cerca de 48% da produção global, seguida por Chile (24%), China (18%), Argentina (5%) e Brasil (3%). Para o professor Carlos Frederico de Souza Coelho, o professor de Relações Internacionais da PUC- Rio e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nesse cenário, um acordo em bloco sobre minerais críticos é de fato muito importante.

— Num mundo onde a América do Sul possui extrema dificuldade em encontrar vantagens comparativas em setores de maior valor agregado por conta de suas dificuldades industriais, o lítio, fundamental para eletrônicos, em geral, e carros elétricos, pode ser uma commodity de interesse comum para os países da região. O Chile é um dos três maiores produtores do mundo e Argentina e Brasil completam a lista dos cinco maiores. Portanto, ao ser essencial ao desenvolvimento e transição energética, esse mineral pode ser elemento estratégico para facilitar melhor inserção econômica internacional dos países do continente - explica.

Carlos Frederico avalia que a coordenação das políticas nacionais para que parte do beneficiamento do lítio seja realizado na região aumentaria o poder de barganha do bloco em negociações. Ele tem dúvidas, no entanto, sobre a possibilidade de atração dessa indústria de ponta para o Mercosul:

— A atração da indústria é mais complicada porque envolve tantos outros fatores. Mas é o que temos para barganhar.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/07/2025

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TEM MAPA TRILIONÁRIO DE INVESTIMENTOS

Aportes previstos na próxima década somam R\$ 3,2 trilhões. Matriz limpa incentiva diversificação de empresas, que ampliam leque de fontes renováveis

Por O GLOBO



Com aumento da presença de fontes intermitentes, como solar e eólica, hidrelétricas devem atuar como reguladoras do sistema — Foto: Adriano Machado/Bloomberg

Dono de uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, o Brasil quer manter sua liderança em energia renovável e de baixa emissão ao longo da próxima década, período em que são esperados investimentos da ordem de R\$ 3,2 trilhões. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2034, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética

(EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), a aposta é na expansão da geração a partir de fontes solar e eólica, além do avanço do hidrogênio verde e do armazenamento de energia em baterias.

Além de atender à demanda interna, novas fontes verdes podem ajudar a posicionar o Brasil como fornecedor estratégico no mercado internacional, vendendo matéria-prima para hidrogênio verde e biocombustíveis. Entre os projetos, a tendência é que as companhias de energia invistam mais em soluções híbridas, combinando tecnologias para ganhar eficiência.

Com a expectativa de que a oferta interna de energia cresça cerca de 25% nos próximos dez anos, a meta é manter a participação das fontes com menor emissão de gases causadores do efeito estufa em 85% da matriz elétrica.

Futuro energético

O que já está planejado



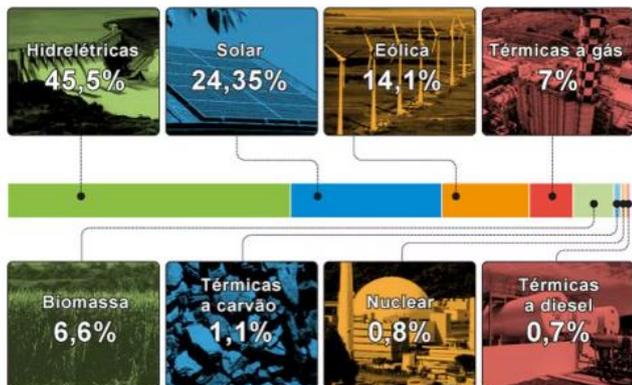
25%
é a estimativa de crescimento na oferta interna de energia até 2034



R\$ 3,2 trilhões
são os investimentos esperados entre 2025 e 2034 em fontes renováveis, projetos de baixa emissão de carbono e energia elétrica

CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL

(em % do total)



O QUE DEVE MUDAR NA PRÓXIMA DÉCADA?



A energia hidrelétrica deve reduzir sua fatia para 40%.



Outras fontes devem ganhar espaço, como eólica, solar e biomassa

Fonte: EPE, MME e ONS

Futuro energético — Foto: Editoria de arte

— Seguiremos avançando rumo a uma transição energética justa, inclusiva e equilibrada, que vai garantir ainda mais renovabilidade nas nossas matrizes — destacou Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia.

Futuro energético — Foto: Editoria de arte

Desafio dos juros

O avanço das fontes renováveis no Brasil deve ganhar fôlego com a ampliação dos aportes internacionais. Segundo o MME, o país tem acesso a financiamento de R\$ 1,3 bilhão por meio do Fundo de Investimentos Climático (CIF), voltado à ampliação de tecnologias limpas, como hidrogênio de baixa emissão e materiais com menor pegada de carbono. A expectativa é que cada dólar investido pelo CIF atraia até US\$ 12 em financiamento, especialmente do setor privado.

Filipe Bonaldo, head da consultoria A&M Infra, lembra que, só em 2024, foram R\$ 80 bilhões investidos em energia renovável. Ele destaca que, agora, as baterias começam a fazer parte do “mix de soluções”, em conjunto com fontes como a solar.

— A energia solar estará cada vez mais presente e terá a liderança dos investimentos em renováveis pelos próximos cinco anos, por causa da redução dos preços dos painéis — afirmou.

Apesar das projeções positivas, Bonaldo destaca desafios, como juros altos, que podem dificultar os projetos de infraestrutura:

— Enquanto os juros estiverem em patamar elevado, os investidores vão segurar investimentos. Temos um cenário de oferta elevada de energia, com demanda em áreas onde não conseguimos levar a energia por causa dos desafios que temos na transmissão.

Márcio Trannin, vice-presidente da Absolar, lembra que os investimentos no setor são crescentes. Só em 2024, diz, foram R\$ 55 bilhões em aportes, alta de 30% em relação ao ano anterior. O executivo lembra que a energia solar pode ser instalada em conjunto com outras fontes, como as hídricas, eólicas e baterias:



— Por isso, a tendência é que esse crescimento continue, com a fonte solar sendo a protagonista da ampliação das energias renováveis. Os preços estão competitivos, e há a vantagem da modularidade, atendendo a grandes e pequenos consumidores. É uma fonte democrática.

Outra fonte que promete ganhar espaço na matriz é o hidrogênio. Segundo Leandro Borgo, presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Hidrogênio e Amônia Verdes (Abhav), já foram anunciados mais de US\$ 30 bilhões em projetos de hidrogênio verde:

— O Brasil será competitivo no hidrogênio de baixo carbono e responderá por cerca de 10% do mercado internacional. A geografia brasileira favorece esse cenário. Nós nos tornamos atrativos por possuímos matriz energética limpa e diversificada, com mais de 80% da eletricidade oriunda de fontes renováveis. Isso permite produzir hidrogênio verde a custos competitivos e com baixa emissão de carbono.

Estratégia integrada

Além do hidrogênio verde, o hidrogênio azul — produzido a partir do gás natural — pode representar uma etapa de transição, aproveitando o potencial do pré-sal, afirma Adriane Silva, conselheira da Abhav e diretora comercial da IBV, de energia. É o caso da Petrobras, que pretende fazer investimentos nesse segmento.

— Temos uma oportunidade de transformar a energia que hoje é desperdiçada. Isso vai consolidar a liderança do Brasil no cenário global. Mas, para equilibrar essas matrizes, é fundamental investir em linhas de transmissão, sistemas de distribuição modernos e marcos regulatórios que incentivem a integração, a resposta à demanda e a inovação — afirmou Adriane.

Especialistas citam o impulso de políticas como o programa Gás para Empregar, o Marco Legal do Hidrogênio, o avanço dos biocombustíveis e a recém-aprovada Lei do Combustível do Futuro, que incentiva o uso de matérias-primas renováveis na composição do diesel e do querosene de aviação. Segundo a EPE, o arcabouço legal-regulatório e a estrutura de governança no setor energético estabelecem “um ponto de partida consistente para o aperfeiçoamento e construção de políticas públicas adicionais que reforcem a trajetória da transição energética brasileira”.

Bruna de Barros Correia, sócia de Energia do BMA Advogados, cita a legislação voltada para o hidrogênio verde, que, segundo ela, vai permitir atrair investidores. Ela ressalta que a liderança do país no cenário internacional será fortalecida com a organização da COP30 e a presidência do G20, permitindo ao Brasil pautar a governança global da transição.

— Enquanto grandes economias buscam acelerar suas transições enfrentando desafios internos, o Brasil já se posiciona como uma plataforma viável, com ativos naturais ricos e políticas alinhadas às demandas globais de descarbonização e sustentabilidade.

Segundo Bruna, o país precisa criar estratégia integrada entre diversas fontes, de forma a valorizar a complementação. Ela cita o caso das usinas hidrelétricas, que, com sua capacidade de armazenamento, podem atuar como reguladoras do sistema, garantindo estabilidade, já que fontes intermitentes como a solar e a eólica apresentam variações:

— E temos o uso de baterias e outras tecnologias de armazenamento de energia, que podem ser a chave para assegurar oferta contínua e confiável. A produção de hidrogênio verde representa uma oportunidade estratégica para armazenar o excedente de energia renovável e atender a setores de difícil eletrificação, como o transporte pesado e indústrias.

Matriz limpa incentiva a diversificação

De olho na agenda verde, as empresas apostam na diversificação. A Neoenergia, por exemplo, que já conta com parques eólicos, solares e hidrelétricas, iniciou, em abril, a construção de usina de hidrogênio verde em Taguatinga, no Distrito Federal. A planta funcionará como ponto de abastecimento para uma pequena frota de veículos leves e pesados, com investimento superior a R\$ 30 milhões.



— A inauguração está prevista para outubro. A unidade será alimentada por usina fotovoltaica e servirá para demonstrar a aplicação de tecnologia inovadora voltada à descarbonização de setores de difícil eletrificação, como transporte automotivo — diz Tatsumi Igarashi, gerente de Hidrogênio Verde da Neoenergia.

Para Emerson Souza, vice-presidente de Relações Institucionais da Brazil Iron Mineração, o país se consolida como potência em energia renovável. Ele destaca a posição favorável para o hidrogênio verde e derivados, como amônia verde e metanol verde. A companhia está investindo R\$ 5,7 bilhões na Bahia para produzir hidrogênio em escala e utilizar fontes limpas na produção de um “ferro verde”.

— O país conta com recursos renováveis baratos e em escala para descarbonizar suas próprias indústrias, como a siderurgia, a química e a naval, além das de outros continentes, como Europa e Ásia.

A Statkraft, maior geradora de energia renovável da Europa, está ampliando investimentos no Brasil com projetos híbridos. Thiago Tomazzoli, diretor-presidente da empresa no país, cita a construção de um complexo solar na Bahia com um sistema conjunto de armazenamento por baterias. Há ainda um parque eólico e solar combinados no estado:

— Só na Bahia, os investimentos ultrapassaram R\$ 3,3 bilhões nos últimos cinco anos. Temos 24 ativos de geração de energia eólica e hidrelétrica em nove estados. O Brasil precisa continuar investindo em fontes renováveis, com foco em inovação e pesquisa, desenvolvendo e adotando tecnologias de ponta como sistemas híbridos e armazenamento por baterias.

A Helexia, que investiu mais de R\$ 1,6 bilhão no país, captou R\$ 170 milhões, por meio de emissão de debêntures (títulos), para implantar 21 projetos de geração distribuída solar em estados como Amazonas, Tocantins, Ceará, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

— Ao contrário do que ocorre na Europa, aqui temos muito espaço para implantação de projetos de geração distribuída solar e eólica. A vocação do Brasil é sua matriz descarbonizada, que ajuda a atrair investimentos industriais e tecnológicos que possam se beneficiar dessa fonte de energia barata — diz Aurélien Maudonnet, CEO da Helexia Brasil.

A Eneva, dona de parque de térmicas movidas a gás natural, mira na diversificação. A empresa conta com parque solar na Bahia com capacidade para atender 1,7 milhão de pessoas. Aurélio Amaral, diretor-executivo da companhia, destacou o plano de desenvolvimento com mais de R\$ 11 bilhões em investimentos até 2030:

— O Brasil tem se destacado como um dos principais destinos para investimentos em fontes de energia renovável e transição energética devido à matriz sustentável e à abundância de recursos naturais. A geração hidrelétrica desempenhou papel central, proporcionando equilíbrio ao sistema. Nos últimos anos, o país registrou crescimento acelerado de fontes intermitentes, como solar e eólica. É essencial que a geração renovável intermitente seja complementada por termelétricas flexíveis a gás.

A Acelen, que comprou uma refinaria da Petrobras na Bahia, vem ampliando a atuação renovável com a Acelen Renováveis. Além da construção de unidade solar para abastecer a refinaria, ela mira em combustíveis renováveis a partir de plantas como a macaúba.

— Vamos investir mais de US\$ 3 bilhões na primeira unidade integrada para produção de combustíveis renováveis. A projeção é multiplicar o modelo, chegando a cinco unidades — afirma Luiz de Mendonça, CEO da Acelen.

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

ALCOLUMBRE IRÁ APRESENTAR PROPOSTA PARA RESTRINGIR QUEM PODE CONTESTAR DECISÃO DO LEGISLATIVO NO STF

Presidente do Senado diz que questão é um 'problema seríssimo' e precisa ser discutido 'com urgência'; tema é levantado após PSOL tentar reversão na Corta do decreto que derrubou aumento do IOF

Por Levy Teles

BRASÍLIA – O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), irá apresentar uma proposta legislativa para restringir quem pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar alguma lei votada no Congresso Nacional.

O tema, segundo Alcolumbre, é um “problema seríssimo” que precisa ser discutido “com urgência”. Trata-se de uma reação especialmente ao PSOL, partido conhecido por recorrentemente ir ao STF questionar leis aprovadas pelo Legislativo. No episódio mais recente, a sigla foi à Corte para tentar anular o decreto legislativo que derrubou do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Segundo pessoas próximas ao presidente do Senado, a ideia é que o critério obedeça à proporcionalidade partidária (proposta similar já passou na Câmara, entenda mais abaixo). Os detalhes ainda serão discutidos entre os líderes do Senado na próxima semana.



Davi Alcolumbre, presidente do Senado, trará proposição à reunião de líderes na próxima semana. Foto: Andressa Anholete/Agencia Senado

“Tem uma questão que nós temos que discutir, com urgência, no Congresso brasileiro, em relação aos legitimados que podem acessar o Supremo Tribunal Federal para questionar qualquer lei votada no Congresso. Esse é um problema seriíssimo que nós temos no Brasil”, afirmou Alcolumbre, em sessão plenária nesta quarta-feira, 2. “Todo mundo pode acessar o Supremo e depois ficam as críticas aqui em

relação às decisões do Poder Judiciário brasileiro, da Suprema Corte.”

Na leitura de parlamentares do Centrão, o PSOL age como uma “linha secundária” do governo e é usado como artifício para não atribuir o PT a pecha de contestador das decisões do Legislativo.

O ex-presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) defende a proposta de Alcolumbre. “A gente tem fazer o dever de casa, dentro do Legislativo, aprovar modificações na lei para (garantir) que matérias que sejam aprovadas por majorias absolutas não sejam contestadas por minorias insatisfeitas. A legislação permite isso por enquanto e eu espero que ela seja modificada”, afirmou.

Apenas neste ano, o PSOL já foi a Supremo para questionar, entre outras coisas, a resolução aprovada pelo Congresso Nacional para regulamentar a execução das emendas parlamentares e a suspensão da ação contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ).

O PSOL é também autor de outras ações que causaram atrito entre os Poderes Judiciário e Legislativo. É o caso do julgamento que avalia a descriminalização do aborto em até 12 semanas de gestação e da decisão da Corte em suspender resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM)

que proibia médicos de realizarem o procedimento de assistolia fetal em gestações com mais de 22 semanas resultantes de estupro.

Como mostrou o Estadão em 2023, líderes do Congresso já discutiam uma proposta similar. A ideia era criar uma espécie de “trava” para impedir ou dificultar que partidos com poucos representantes no Legislativo recorreram ao STF para invalidar atos do Congresso.

Um projeto de lei chegou a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara no final de 2023, mas acabou sem ser votada. Naquele texto, apenas partidos que alcançassem o número mínimo de 15 deputados poderiam ir ao STF.

Na atual composição da Câmara estariam impedidos de ir ao STF nessa regra a federação PSOL-Rede (14 deputados) e o Novo (cinco deputados). Esse trecho levou ao deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) apresentar uma emenda para barrar essa alteração.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/07/2025

OPINIÃO - O IOF E A ‘NARRATIVA’: DIZER QUE IMPOSTO AFETA SÓ MORADOR DA COBERTURA NÃO TEM RESPALDO NA REALIDADE

Impacto do IOF é bem mais pesado para quem ganha menos, precisamente o oposto do que alegam os paladinos da ‘justiça tributária’

Por Alexandre Schwartzman

Após fragorosa derrota no Congresso, concretizada com a anulação do decreto que havia elevado o IOF para tentar cobrir parte do buraco orçamentário de 2025, o governo adotou uma abordagem em duas frentes para lidar com o problema.

Como noticiado, recorreu ao STF para tentar reverter, no campo judicial, a surra política. Não sendo da área, pouco tenho a comentar acerca das possibilidades de sucesso da iniciativa, além do óbvio: a decisão do STF terá muito pouco a ver com a Constituição, como, aliás, tem sido o caso há tempos.

Já na outra frente, articulou uma ofensiva política, por um lado rotulando o Congresso como “inimigo do povo”, tipo de retórica perigosa, ainda mais para aqueles que ao longo da última campanha presidencial posaram como “defensores da democracia” (a meu favor, essa lorota eu não engoli).



Schwartzman: Argumento de que aumento do IOF afetaria apenas 'o morador da cobertura', para usar a expressão temperada do ministro da Fazenda, não para em pé Foto: Wilton Junior/Estadão

Por outro lado, vende a elevação do IOF como medida de “justiça tributária”: o aumento do imposto afetaria apenas “o morador da cobertura”, para usar a expressão temperada do ministro da Fazenda; os pobres não seriam afetados, ou melhor, seriam menos afetados.

O argumento não para em pé. Segundo os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), feita pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), as famílias mais pobres são mais prejudicadas por medidas que elevem o custo do crédito do que as mais ricas.

Em novembro do ano passado, 81% das famílias na faixa de renda de 0 a 3 salários-mínimos se encontravam endividadas. Já no extremo oposto (renda superior a 10 salários-mínimos) esta

proporção caía para 67%. Entre os mais pobres, 37% estavam inadimplentes; entre os mais ricos, 15%.

Dito de outra forma, o comprometimento da renda com o custo da dívida é muito maior nas faixas de renda mais baixa, ou seja, o impacto do IOF é bem mais pesado para quem ganha menos, precisamente o oposto do que alegam os paladinos da “justiça tributária”.

A lição que se tira disto — além, é claro, do notório pouco caso dos nossos policymakers com o rigor analítico — é que, como de hábito, a realidade interessa muito pouco; o que vale, para variar, é a “narrativa”.

A ideia de que um imposto sobre operações financeiras recai mais que proporcionalmente “nos ricos” gera memes, inclusive versão modernizadas do infame vídeo sobre a independência do BC usado em 2014 para desmoralizar... Marina Silva, mas não encontra eco na realidade.

Fica cada vez mais claro que tudo se resume à campanha de 2026. Enquanto isso, nenhuma questão séria corre o risco de ser tratada.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/07/2025

HADDAD DIZ QUE VÊ ‘BUSCA DE DIÁLOGO’ SOBRE IOF NO CONGRESSO, MAS AINDA NÃO HOUE AVANÇO

‘Eu tenho lido sobre as manifestações das pessoas buscando o diálogo’, disse o ministro da Fazenda, para quem isso pode indicar desfecho positivo

Por Célia Froufe (Broadcast)

RIO - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, evitou dizer nesta quinta-feira, 3, se houve avanços em relação a uma saída para substituir a proposta do governo de interromper a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e que foi barrada pelo Congresso Nacional, criando indisposição com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

“Eu tenho lido sobre as manifestações das pessoas buscando o diálogo. Eu tenho visto isso”, afirmou a jornalistas no Hotel Fairmont, no Rio, onde está para participar da reunião financeira do Brics e do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB).

De acordo com o chefe da pasta, não houve muito como o assunto andar porque “muita gente está fora do Brasil” e também tem tido as reuniões do Brics.



Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirma que tem visto busca do diálogo para resolver embate com Congresso sobre o IOF Foto: WILTON JUNIOR

Políticos e representantes do Judiciário estão em Lisboa para participar de um evento anual da área de direito, protagonizado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

“Houve essas manifestações que você deve ter lido, né?”, respondeu a um jornalista quando questionado se não houve avanço sobre o assunto. Para ele, as

“declarações recentes” indicam que o assunto possa ter um desfecho positivo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/07/2025

OPINIÃO - 'O CNJ PARECE TER VIRADO UMA INCUBADORA DE PRIVILÉGIOS', DIZ PEDRO FERNANDO NERY

No 'Chama o Nery' desta quinta-feira, 3, o colunista do 'Estadão' discute o papel do Conselho Nacional de Justiça e o descontrole na folha dos tribunais

Por Redação - Pedro Fernando Nery

Criado há 20 anos durante a reforma do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nasceu com a missão de aumentar a transparência e fiscalizar aspectos administrativos e financeiros dos tribunais. Mas, passadas duas décadas, a realidade tem desafiado esse propósito: a remuneração dos magistrados, com penduricalhos e benefícios fora do padrão, parece ter escapado ao controle. Esse cenário levanta algumas questões: "Chegou a hora de fazer outra reforma do Judiciário? Ou será que a criação do CNJ foi um erro?", questiona Pedro Fernando Nery, colunista do Estadão.

No "Chama o Nery" desta quinta-feira, 3, ele discute o descontrole causado pelo CNJ nas folhas dos tribunais. A remuneração média dos magistrados nos últimos cinco anos, diz o colunista, subiu 40% acima da inflação. "Isso é cinco vezes mais do que subiu a renda média no Brasil, que foi 8% nesse período."

A raiz do problema é o CNJ, diz Nery. Esses pagamentos incluem licenças compensatórias, vendas de folgas e folgas geradas por excesso de trabalho. "É por isso que a gente diz que o CNJ parece ter virado uma incubadora de privilégios, uma fábrica de privilégios."

Nery afirma que os pagamentos do Poder Judiciário já superam cerca de R\$ 10 bilhões em custo no conjunto dos tribunais. Isso é mais do que o programa Pé de Meia, a principal bandeira, a principal marca de política pública do terceiro governo Lula.



Pedro Fernando Nery, doutor em Economia, consultor legislativo do Senado e colunista do Estadão Foto: Wilton Junior/Estadão

Segundo Nery, é emblemático que o Pé de Meia esteja custando menos do que esse sistema de venda de folgas e de licenças compensatórias criado pelo CNJ. "Os pagamentos indenizatórios criados pelo CNJ concedem aos magistrados três desejos, é como se fosse a 'fadinha da indenização'."

O primeiro, diz Nery, é furar o teto remuneratório. É por isso que os magistrados têm ganhado mais do que o presidente da República, do que o presidente da Câmara dos Deputados. O segundo desejo concedido pela "fada da indenização ou a fada da licença compensatória" é fugir do pagamento do Imposto de Renda. "Vemos pelos tribunais do Brasil desembargadores pagando 6%, 5% de alíquota efetiva de Imposto de Renda."

O terceiro desejo garantido pela "fadinha da indenização" é fugir dos limites da responsabilidade fiscal, porque a LRF limita os poderes de usarem todo o seu orçamento em remuneração.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/07/2025

PETROBRAS VAI INVESTIR R\$ 33 BI PARA AMPLIAR PRODUÇÃO; MEGAPROJETO PREVÊ MAIS 38 MIL VAGAS

Iniciativa busca aumentar produção da Refinaria Duque de Caxias e do Complexo de Energias Boaventura; Braskem vai investir R\$ 4,3 bi para ampliar produção de polietileno

Por Denise Luna (Broadcast) e Gabriela da Cunha (Broadcast)

RIO - A Petrobras informou nesta quinta-feira, 3, que vai investir R\$ 29 bilhões em projetos de refino e petroquímica no Rio de Janeiro, que incluem a ampliação da produção da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) e do Complexo de Energias Boaventura (ex-Comperj). A companhia confirmou que a Braskem também vai investir R\$ 4,3 bilhões (cerca de US\$ 800 milhões) na ampliação da sua produção de polietileno. Somados, os investimentos chegam a cerca de R\$ 33 bilhões.

“Serão R\$ 20 bilhões do valor anterior anunciado em setembro, mais R\$ 6 bilhões no BioQAV (bioquerosene de aviação), mais R\$ 2,4 bi das manutenções programadas que vão acontecer na Reduc (Refinaria Duque de Caxias) nos próximos anos, e mais R\$ 860 milhões (nas térmicas da Reduc). Os outros R\$ 4,3 bilhões são da Braskem. São investimentos totais, mas claro que o da Braskem tem a Petrobras também”, explicou o diretor executivo de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França da Silva.

A estatal tem uma fatia de 47% da Braskem, empresa controlada pela Novonor (ex-Odebrecht), que está tentando vender parte de suas ações. Presente no evento, o CEO da Braskem, Roberto Ramos, evitou falar sobre a possível venda das ações da empresa. “Esse investimento não afeta a geração de caixa e nem os recursos da Petrobras.”

A companhia pretende aumentar a produção de diesel S-10 em 76 mil barris por dia (bpd); de querosene de aviação, em mais 20 mil bpd; e a de lubrificantes grupo II, para mais 12 mil bpd.



A presidente da estatal, Magda Chambriard, participou da apresentação dos novos investimentos online. “Vamos garantir mais gás a preços acessíveis e teremos também mais duas térmicas neste megaprojeto que é o complexo Boaventura. É um projeto que envolve a chegada do gás do pré-sal do Rio de Janeiro em mais uma nova rota (Rota 3) para melhorar a efetividade dos processos da Braskem e a melhorar a eficiência da Reduc”, disse Magda.

Segundo Magda, iniciativa, que inclui também mais duas térmicas, vai garantir mais gás a preços acessíveis Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

“Estamos falando de mais 38 mil postos de trabalho com esse megaprojeto. Já estamos a pleno emprego e com demanda de profissionais para as operações.” A executiva ressaltou ainda a parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) para treinamento de 3.200 pessoas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/07/2025

ESTAMOS PRONTOS PARA ACORDO SOBRE TARIFAS COM OS EUA, DIZ PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA

Von der Leyen afirma que europeus buscam solução ‘semelhante à feita pelo Reino Unido’; pausa tarifária dos Estados Unidos termina em 9 de julho

Por Isabella Pugliese Vellani

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a União Europeia (UE) está pronta para um acordo sobre tarifas com os Estados Unidos e ressaltou que o comissário para Comércio europeu, Maros Sefcovic, está em negociações com seus homólogos, em Washington.

No entanto, a líder europeia enfatizou que o bloco também está pronto para o cenário sem “um acordo satisfatório”.



Von der Leyen afirmou que há 'muita complexidade' nas negociações por conta do grande volume comercial entre os EUA e a União Europeia Foto: Mikkel Berg Pedersen/AFP

“Queremos uma resolução negociada, mas todos os instrumentos estão ‘sobre a mesa’ se não chegarmos a um acordo. Vamos defender os interesses europeus, o que buscamos é um acordo de princípio com os EUA”, ponderou, durante entrevista à imprensa nesta quinta-feira, 3.

Von der Leyen ressaltou que há “muita complexidade” nas negociações por conta do grande volume comercial realizado entre os EUA e a UE. Segundo ela, os europeus buscam uma solução “semelhante à feita pelo Reino Unido”, antes do fim da pausa tarifária americana, em 9 de julho.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/07/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

GRUPO VÊ EVOLUÇÃO E POTENCIAL PARA ARBITRAGEM MARÍTIMA NO BRASIL

Por Danilo Oliveira *Portos e logística* 03/07/2025 - 18:57



Advogados debateram aplicação do dispositivo e oportunidades para resolução de disputas em contratos de afretamento e no setor portuário

A arbitragem nos setores marítimo e portuário no Brasil vive um momento de evolução e que pode se beneficiar de novas legislações, da inserção desse dispositivo em contratos públicos e da adoção de cláusulas arbitrais adotadas pela Petrobras em contratos de afretamento e prestação de serviço. A avaliação é do sócio do escritório Lopes Pinto (LP Law), Diogo Nolasco, que falou sobre o tema em debate promovido pelo Grupo de

Estudos em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro do Rio de Janeiro, na semana passada.

“Vivemos hoje um momento que a arbitragem marítima no Brasil nunca teve porque o principal player do mercado [Petrobras] resolveu colocar cláusula arbitral — o que já fazia com a Transpetro e em contratos internacionais — e mudar a cláusula de disputa”, analisou Nolasco. Ele explicou que a sentença arbitral tem praticamente o mesmo valor de uma sentença judicial, porém o tribunal arbitral não tem poder coercitivo.

Após o crescimento exponencial no número de ações no Judiciário envolvendo contratos de afretamento, a empresa resolveu inserir, em meados de 2020, a cláusula arbitral nos contratos de prestação de serviços de apoio marítimo. Os contratos de afretamento passaram a ter essa cláusula de resolução de disputa e, com a previsão de arbitragem, começou a esvaziar esse tipo de ação no poder Judiciário. As primeiras arbitragens em disputas associadas à companhia começaram a aparecer em 2022 e esse número vem aumentando desde então.

Nolasco disse que a jurisprudência de que o contrato de afretamento é tipicamente marítimo contribuiu com a especialização das varas empresariais. Ele deu exemplo de que, com apenas sete varas no Rio de Janeiro, muitos juízes começaram a aprofundar os conhecimentos sobre as matérias relacionadas ao setor.



O advogado avalia que a presença de, pelo menos, um especialista dentre os três árbitros que costumam analisar esses casos contribui com a resolução das disputas para evitar multas altas, como na ocorrência de atrasos na entrega de embarcações. "É essencial que seja um advogado especializado em Direito Marítimo porque o atraso na entrega da embarcação tem peculiaridades que só quem conhece um contrato de afretamento e está acostumado com isso sabe", comentou.

Em contratos de afretamento de embarcações de apoio offshore também é comum a discussão de multas contratuais, bem como a ausência de pagamento de taxa diária de afretamento, descumprimento contratual, além o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, problema que ocorreu principalmente na época da pandemia da Covid-19.

Outro assunto que gera muitas disputas é a resolução 06/2017 (antiga RN 72/2006) do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que trata da proporcionalidade da tripulação a bordo de embarcações que trafegam em águas jurisdicionais brasileiras (AJB) que arvoram bandeiras estrangeiras. Atualmente, existem diferentes jurisprudências sobre a competência para fiscalizar a presença de tripulantes brasileiros a bordo dessas embarcações.

Nolasco destacou que o Brasil vem desenvolvendo a prática institucional através das câmaras arbitrais desde a Lei 9.307/1996 e já conta com uma série de câmaras de qualidade. Em 2025, o Brasil voltou a ter protagonismo, ocupando o segundo lugar em número de partes presentes em arbitragens no mundo, com apenas 10 casos de diferença para os Estados Unidos, que ocupam a primeira posição. O crescimento maior se deu nas disputas societárias. Outro destaque, segundo Nolasco, é o setor público no Brasil, que passou a utilizar o instituto da arbitragem.

Nolasco também enxerga oportunidades de crescimento para a arbitragem no setor portuário no Brasil. O advogado ressaltou que a arbitragem foi regulamentada por decreto como solução de conflitos na administração pública federal, com participação ativa da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Outras possibilidades abrangem a utilização da arbitragem para resolver questões tarifárias e associadas a obras de infraestrutura nos portos. "Vivemos no Brasil um momento de aumento considerável de investimentos, até privados, nos portos. E o governo atual incentiva a retomada da indústria naval", pontuou.

Nolasco estima que, das arbitragens institucionais, a marítima é a mais antiga praticada no mundo. "Elas são importantes para contratos de transporte marítimo, seguro de cargas e de afretamentos são instrumentos jurídicos fundamentais dentro dessa cadeia produtiva internacional e de onde saem as controvérsias", salientou.

Mão de obra

A sócia do LP Law, Raquel Guedes, chamou a atenção para a insegurança jurídica que existe de forma ampla na Justiça do Trabalho. A advogada identifica inconstâncias em decisões e em posicionamentos dos sindicatos, Ministério do Trabalho, Ministério Público, entre outros órgãos, sem falar em entendimentos divergentes dos fiscais dependendo da região.

Raquel acrescentou que a carência de formação de mão de obra também contribui com o aumento do número de processos em razão da alta rotatividade e da elevação dos custos operacionais. A fadiga aumentada devido ao excesso de dobras pode comprometer a segurança operacional e o desenvolvimento profissional.

Segundo a especialista, as empresas vêm, cada vez mais, se atentando para a desmotivação e saída de profissionais. "A câmara internacional de navegação espera um déficit mundial de 90.000 marítimos treinados até 2026 e sugerem que formuladores de políticas precisam criar estratégias nacionais para lidar com escassez de marítimos", alertou.

A advogada entende que, paralelamente, é preciso que as empresas utilizem os mecanismos existentes nas leis para se defender e foquem no cumprimento dos contratos e dos pactuados entre

as partes. “Não temos como formar profissionais, mas temos como discutir o poder contestativo ou diretivo da empresa”, sugeriu Raquel.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2025

MAC LAREN PREVÊ INÍCIO DA OPERAÇÃO DO DIQUE EM 2026

Por Danilo Oliveira Indústria naval 02/07/2025 - 21:18



Unidade flutuante terá 160m de comprimento por 40m de boca e demandará US\$ 50 milhões de investimentos. Grupo enxerga oportunidades de serviços em razão da expansão das atividades de navegação e das carências de infraestrutura

A Mac Laren pretende iniciar, em dezembro de 2026, a operação de seu dique para manutenção e reparo de navios. A unidade, que obteve prioridade do Fundo da Marinha Mercante (FMM) em maio deste ano, terá 160 metros de comprimento por 40 metros de boca livre. O grupo, que possui estaleiros na Ponta

D'Areia e na Ilha da Conceição, no Rio de Janeiro, investirá US\$ 50 milhões na estrutura flutuante, que terá o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente financeiro. A empresa informou que já encaminhou a documentação relativa ao projeto para o banco de fomento.

O vice-presidente da Mac Laren, Alexandre Kloh, disse que a estrutura foi pensada mirando a eficiência e o cenário de falta de infraestrutura para esse tipo de serviço no mercado brasileiro. "Olhando esse setor e o potencial de oportunidade de desenvolvimento de negócios, decidimos entrar com projeto junto ao FMM, aprovado em maio, para a construção do nosso dique", disse Kloh, que participou, nesta quarta-feira (2), do workshop 'Reparo e Manutenção Naval no Brasil', promovido pelo Sinaval e pela Abeemar, no Rio de Janeiro (RJ).

Kloh ponderou que, não necessariamente, é preciso de um dique para fazer um grande reparo. Ele disse que os engenheiros do estaleiro avaliam junto aos armadores o planejamento desde a pré-docagem para alcançar eficiência, o que pode reduzir custos e o tempo de execução.

O escopo prevê que o dique flutuante terá capacidade de atender a diferentes perfis de embarcações de apoio offshore (OSVs), com objetivo de se alinhar a uma infraestrutura integrada de serviços de manutenção corretiva, preventiva, preditiva e modernizações. "Apresentamos ao BNDES que o Brasil tem oferta grande já instalada, olhando o médio e longo prazos. Esse número vai explodir e estamos carentes de infraestrutura", afirmou.

O vice-presidente da Mac Laren acrescentou que, no caso de docagens de embarcações de grande porte, o Brasil está restrito a poucas opções de estaleiros. "Olhando cenário para investimentos Petrobras, número de embarcações já instaladas operando em 2025 e, olhando os próximos oito anos, esse número de diques é insuficiente para atender a demanda que temos", concluiu Kloh.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 023/07/2025

DEMANDA POR REPARO E DOCAGEM SERÁ DE R\$ 7,6 BILHÕES NOS PRÓXIMOS 5 ANOS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 02/07/2025 - 20:16



Levantamento do MPor junto a agentes setoriais projeta em torno de R\$ 5 bilhões dos financiamentos com recursos do FMM para esses serviços no período vão para projetos do segmento de apoio marítimo

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), gestor do Fundo da Marinha Mercante (FMM), identificou uma demanda futura de R\$ 7,6 bilhões por reparos e docagens nos próximos cinco anos. De um total de 1.836 obras estimadas, R\$ 5 bilhões correspondem a 319 projetos de apoio marítimo (65,4%), R\$ 1,5 bilhão são referentes a 1.350 projetos para

navegação interior (19,4%), R\$ 971 milhões para apoio portuário (62 projetos) e quase R\$ 80 milhões para cabotagem/longo curso.

O transporte de passageiros, que hoje tem poucos pedidos de financiamento na carteira do FMM, aparece com 100 projetos, que somam R\$ 110 milhões, representando 1,4% do total. O levantamento do MPor teve como base dados enviados pelos sindicatos, Transpetro e entidades setoriais que representam os principais segmentos da navegação, como a Abac (cabotagem), Abani (navegação interior), Sindiporto (apoio portuário) e Syndarma/Abeam (apoio marítimo).

O ministério contabilizou, até maio de 2025, 163 projetos vigentes de reparo e docagem priorizados pelo conselho diretor do fundo setorial (CDFMM) que totalizam R\$ 1,4 bilhão e estão em processo de contratação do financiamento. A maior parte é de serviços de apoio marítimo: 82 projetos que somam R\$ 1 bilhão. Outros R\$ 296 milhões são referentes a 16 projetos de reparo e docagem no segmento de apoio portuário, enquanto R\$ 48,6 milhões são destinados a esses serviços na navegação interior (62 projetos) e R\$ 22,8 milhões na cabotagem ou longo curso (3 projetos).

De acordo com o ministério, somente 59 obras de reparo, docagem e manutenção foram entregues no ano passado. O coordenador geral de fomento do MPor, Fernando Pimentel, ressaltou que, como existe um gap temporal entre a aprovação e a contratação do crédito junto aos agentes financeiros do FMM, muitos projetos são contratados no ano seguinte à obtenção da prioridade.

Em 2024, o Conselho Diretor do FMM priorizou R\$ 564,8 milhões para reparo e docagem. No mesmo ano, foram efetivamente contratados R\$ 803,4 milhões para essas atividades e outros R\$ 454,6 milhões foram liberados, segundo o balanço do CDFMM. “Prevemos que em 2025 e 2026 começaremos a ter crescimento nesses valores”, projetou Pimentel, que participou, nesta quarta-feira (2), do workshop 'Reparo e Manutenção Naval no Brasil', promovido pelo Sinaval e pela Abeam, no Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 03/07/2025